



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 043

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 043

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Telegramas 03

Indicações 03

Designações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 10

Projetos de Lei Complementar 13

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró 14

Dep. Osmar Bertoldi 15

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri..... 19

Sr. Marcelo Puppi - Pres. da

Comissão da TMT..... 19

Sra. Josiane Bastos - Repr. dos

Funcion. Demitidos da TMT.. 20

Sr. Nelson Silva de Souza - Repr.

do Sind. dos Metalúrgicos..... 21

Sr. Paulo Ferreira - Repr. da

Comunidade de Campo Largo 22

Horário das Lideranças:

Liderança dos Democratas

Dep. Osmar Bertoldi..... 16

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse..... 23

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto..... 25

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 27

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin 28

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati..... 29

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 32

Discussão/Votação

Redação Final 33

2ª Discussão 34

1ª Discussão 40

Requerimentos 42

Encerramento da Sessão 46

Publicações:

Comissão Executiva

Ato 46

DIÁRIO Nº 043

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

09 DE MAIO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Antonio Belinati e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse,

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Luiz Eduardo Cheida, Ney Leprevost e Ribas Carli Filho (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000033/MS/SE/FNS - valor de R\$ 640,39 - pagamento de queimados.
- Nº 000034/MS/SE/FNS - valor de R\$ 167.193,43 - pagamento de angioplastia endovascular.
- Nº 000035/MS/SE/FNS - valor de R\$ 387.289,65 - pagamento de programa de vigilância de produtos, serviços e ambientes.
- Nº 000036/MS/SE/FNS - valor de R\$ 157.867,08 - pagamento de média e alta complexidade - visa/taxa de fiscalização.
- Nº 000037/MS/SE/FNS - valor de R\$ 157.867,08 - pagamento de média e alta complexidade - visa/taxa de fiscalização.
- Nº 000038/MS/SE/FNS - valor de R\$ 157.867,08 - pagamento de média e alta complexidade - visa/taxa de fiscalização.

- Nº 000180/MS/SE/FNS - valor de R\$ 128.632,93 - pagamento de gastroplastia.
- Nº 000181/MS/SE/FNS - valor de R\$ 62.027,93 - pagamento de central nacional de regulação.
- Nº 000182/MS/SE/FNS - valor de R\$ 157.867,08 - pagamento de média e alta complexidade - visa/taxa de fiscalização.
- Nº 000251/MS/SE/FNS - valor de R\$ 196.902,61 - pagamento de neurocirurgia.
- Nº 000252/MS/SE/FNS - valor de R\$ 125.803,15 - pagamento de programa de vigilância de produtos, serviços e ambientes.
- Nº 000402/MS/SE/FNS - valor de R\$ 552.352,93 - pagamento de detecção deficiência auditiva.

Ao conhecimento da Casa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 113/07

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica da estrada que liga os municípios de Mamborê e Nova Cantú.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica da estrada que liga os municípios de Mamborê e Nova Cantú.

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Mamborê, justificando que os 2 municípios têm uma participação considerável em tudo que se produz na região, mais especialmente no que diz respeito à produção de soja, representando a terceira maior produtora de grãos do estado, e a região do distrito de Guarani, que faz divisa com o município de Nova Cantú é responsável por 40% (quarenta por cento) desta produção, bem como considerável produção de milho.

IV - A pavimentação pretendida reduzirá a distância entre os municípios de Mamborê e Nova Cantú, refletindo de forma significativa no escoamento das safras agrícolas.

V - Cabe, ainda, ressaltar que o atendimento de tal pleito reduzirá a distância entre os municípios, que dos 110 quilômetros atuais viriam para apenas 45 quilômetros, beneficiando os milhares de usuários que hoje precisam se utilizar de uma estrada esburacada e em dias chuvosos torna-se intransitável.

VI - Cabe ressaltar que foram licitadas as obras de pavimentação entre Mamborê e o distrito de Guarani, e já foram executadas as obras nos primeiros quilômetros. Portanto, restam concluir esta primeira etapa e, posteriormente, incluir o trecho até o município de Nova Cantú.

VII - Portanto, o escoamento da safra sofreria um impacto muitíssimo significativo com o atendimento desta reivindicação.

VIII - Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios tanto à comunidade local como a todo o povo paranaense.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO
NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO Nº 114/07

SÚMULA:

Propõe ao DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes a construção de pistas adicionais na BR-369 no município de Campo Mourão.

Sr. Presidente do DNIT.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção de pistas adicionais nos trechos de aclave da BR-487, entre o trevo da BR-369 e a ponte do Rio da Várzea, no Parque Estadual Lago Azul, no município de Campo Mourão - Paraná.

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Campo Mourão, justificando que o trecho citado tem um tráfego intenso de veículos tanto de pequeno, quanto de grande porte, face a existência de postos de recebimento de grãos das empresas COAMO Agroindustrial Cooperativa, Fertimourão, bem como dos usuários do Parque Estadual Lago Azul.

IV - A construção de pistas adicionais, como pretendido, reduzirá o engarrafamento, como também a incidência de acidentes no trecho beneficiando também vários municípios da região.

V - Portanto, o próprio escoamento da safra sofreria um impacto muitíssimo significativo com o atendimento desta reivindicação.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios tanto à comunidade local como a todo o povo paranaense. Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 115/07

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado do Planejamento a liberação

de recursos destinados à execução de obras do distrito do Vale Azul, no município de Sarandi.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado do Planejamento, sugerindo a liberação de recursos destinados à realização de obras no distrito do Vale Azul, no município de Sarandi.

Cabe salientar que em novembro de 2006 esta Assembléia Legislativa aprovou o requerimento, solicitando obras no referido distrito. Esta Casa não recebeu resposta e a população da região continua passando as mesmas dificuldades.

O descaso com aqueles cidadãos pode ser observado nas fotografias anexas ao processo.

A comunidade do distrito do Vale Azul reivindica, na ausência da pavimentação asfáltica, a instalação de pedras irregulares, após a realização de obras para escoamento das águas pluviais.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Stephanes Júnior, para representar esta Casa de Leis e a Comissão de Saúde Pública, nos dias 10 a 11 de maio do corrente ano, em visita à instituições hospitalares no município de Campo Mourão e região.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Fábio Camargo, para representar esta Casa de Leis pela Comissão de Fiscalização, nos dias 10 a 13 de maio de 2007, nas cidades de Londrina, Astorga, Maringá, Cruzeiro do Oeste, Rondon e Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal para o Projeto de Lei nº 027/07, item 01 da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 232/07, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência Lar Espírita André Luiz - Casa da Sopa, com sede e foro no município de Paranavaí, por existir a Lei nº 8275, de 13 de janeiro de 1986.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 10 de maio de 2007 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 311/07 - Mensagem nº 015/07, que visa estabelecer índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Mauro Moraes, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Professor Luizão, Pedro Ivo, Antonio Belinati, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Artagão Júnior e 3 ilegíveis.

REQUERIMENTO Nº 1226

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o Plenário, seja formada Comissão Especial de Investigação, composta por no mínimo 7 membros, e prazo de 120 dias, para averiguar abusos nos preços dos insumos e fertilizantes.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Professor Luizão, Pedro Ivo, Tadeu Veneri e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pelos seguintes fatos:

1. Conforme amplamente divulgado pela imprensa paranaense e nacional, os preços dos insumos e fertilizantes agrícolas estão subindo sem nenhuma justificativa, atingindo negativamente o setor produtivo, principal receita da economia paranaense.

2. Todas as organizações do setor sejam de pequenos, médios ou grandes produtores, reclamam desse abuso, mas não conseguem reverter esse quadro, que está trazendo prejuízos às famílias de produtores agrícolas e conseqüentemente à produção de alimentos.

3. As indústrias e seus fornecedores continuam aumentando o preço de forma abusiva a cada safra. Ora alega à alta da moeda norte-americana, ora a escassez da matéria-prima ou altos impostos.

Nenhuma destas alegações está sendo aceita pelos agricultores, pois a moeda norte-americana perdeu muita força nos últimos anos, os impostos não aumentaram e a matéria-prima não está em falta; o que nos leva a crer que existe, sim, um abuso na lucratividade dos fornecedores de insumos e fertilizantes, em detrimento do lucro da classe produtora.

Nobres Pares, por entendermos que não é justo os agricultores paranaenses trabalharem arduamente para produzir alimento, sem que tenham o mínimo de lucro, ao final de cada safra, pretendemos, através deste Parlamento, investigar, discutir, manifestar, o que vem ocorrendo de fato naquilo que vem sendo noticiado e denunciado.

Por conta disso, entendemos que a exemplo daquilo que produzimos na CPI do Leite, realizada neste Parlamento, possamos produzir ao conjunto dos nossos agricultores, que foi uma equação aos problemas e a partir daí todos foram beneficiados.

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente:

Solicito o encaminhamento do presente requerimento à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, pedindo autorização para representar esta Casa de Leis nos dias 11, 12 e 13 do corrente mês, em visita aos muni-

cípios abaixo relacionados para verificar problemas de interesse comum dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Serão visitadas as cidades de: Astorga, Nova Esperança, Rondon, Cruzeiro do Oeste e Umuarama, em conversa com os Prefeitos para atender reivindicações de interesse comum desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Elton Welter, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja concedido o horário do Grande Expediente, na segunda-feira, dia 14 de maio próximo, para discorrer sobre o Parlamento do MERCOSUL.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

Recentemente foi aprovada pelos Parlamentares, integrantes do Parlamento do MERCOSUL, a Carta de Montevideu, cuja proposta foi apresentada pela delegação do Brasil. O documento reitera que o novo Parlamento é um espaço de integração independente e autônomo, comprometido com a preservação da paz, com a democracia e com a defesa dos direitos humanos e de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável do MERCOSUL. O representante do estado brasileiro é o Deputado Federal Dr. Rosinha, do PT do Paraná, que virá a esta Casa apresentar este novo Parlamento.

REQUERIMENTO Nº 1191

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 26 de abril do corrente ano, do Sr. Fridolino Klettemberg.

Fridolino Klettemberg, 79 anos, nasceu em 17 de maio de 1927, no município de Três Barras, em Santa Catarina. Mudou-se para o estado do Paraná, no final da década de 40, estabelecendo-se inicialmente em Ivaiporã, norte pioneiro e logo depois, ainda no início da década de 50, foi para Catanduvas, onde iniciou suas atividades como professor primário. Foi sempre uma pessoa muito disponível, atendendo solicitações de comunidades que não tinham professor e sempre se dispôs a colaborar. Desta forma, fez algumas mudanças com a família com o único intuito de atender àquelas comunidades.

Foi professor nas localidades de Santa Maria, onde hoje é município de Rio Bonito, Mato Queimado, município de Guaraniaçu, bairro dos Kurten, município de Ivaiporã. Por último lecionou em São José dos Pinhais,

nos colégios Pedro Moro, Olavo Bilac e Rio Pequeno, aposentando-se após 35 anos de magistério em 10 de julho de 1986.

Fridolino Klettemberg deixa sua passagem marcada entre os que o conheceram, por sua conduta simples, solidária e principalmente amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, onde prestou grande colaboração ao município com seu conhecimento, convívio e participação. Era viúvo da Sra. Rainildes Rengel Klettemberg e deixa 3 filhos: Margarida, Edite e Tarcísio, sendo este último Vereador do município de São José dos Pinhais.

Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixa muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no endereço: R. Sofia Moreschi, 229 - Jardim Isaura - São José dos Pinhais - CEP 83055-500.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar à família do Sr. José Manoel Ignácio, pelo seu falecimento ocorrido na data de ontem, 08 de maio de 2007, na cidade de Itajaí/SC.

Do aprovado, requer ainda que seja enviada correspondência à família enlutada, externando nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. José Manoel Ignácio, faleceu ao 74 anos, ontem, dia 08 de maio de 2007, em Itajaí, Santa Catarina, vítima de derrame cerebral.

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do Sr. José Manoel Ignácio, pai do amigo e companheiro Mauro Ignácio. Deixou viúva, e 5 filhos: Mauro, Maurício, Márcia, Inalda e Marcos, noras e 9 netos.

O Sr. José Manoel trabalhou como taxista e já estava aposentado.

Pai e marido dedicado, trabalhador e de conduta ilibada, cultivou muitos amigos e agora deixa a todos um sentimento de dor e saudade irreparável.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo, a lembrança e carinho desse homem querido em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares de José Manoel Ignácio, endereçando

votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus que conforte a todos.

REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sofia Brandão, aos 68 anos de idade, nesta capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1192

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Nestor Baptista, pela presteza e eficiência em responder ao pedido de informações do Deputado Marcelo Rangel, fornecendo o relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, televisão, jornais, revistas e agências de publicidade nos anos de 2006 e 2005, sendo que o segundo nem havia sido solicitado.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja enviado votos de congratulações à Sra. Idalina Bueno de Magalhães, que aos 91 anos de idade, lança seu 5º livro.

A publicação Álbum de Poesia contém versos manuscritos por poetas e poetisas da cidade de Castro, na região dos campos gerais e contribuições de prosadores, chargistas, ilustradores, artistas e poetas de vários estados brasileiros.

Nascida em Castro, em 13 de fevereiro de 1916, Idalina Bueno de Magalhães formou-se em Geografia pela Faculdade de Ciências e Letras de Ponta Grossa, em 1943. Aos 19 anos dava aulas de geografia e português. Casada com o português João Mendes de Magalhães, Idalina criou seus 3 filhos: Gil, Lília e Leila, em Castro, antes de mudar-se para Curitiba em 1970.

Sua trajetória literária iniciou-se cedo, aos 18 anos, com o lançamento de seu primeiro livro, Pétalas de

Sonhos (Crônicas), e na sequência vieram Manoel Ribas (Bibliografia), Rosicler (Crônicas e Cartas); Narrativas (Crônicas), e, por último, Álbum de Poesia, lançado no último domingo.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pelos 60 anos da cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações aos organizadores da EXPOINGÁ, pelo excelente trabalho que está sendo realizado para que a exposição obtenha maior sucesso.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 1228

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Décio Sperandio, bem como aos professores do curso de Direito, enviando voto de congratulações àquela instituição, em razão da divulgação do selo de qualidade do ensino jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, cuja entrega dessa edição será feita no dia 15 de maio de 2007.

Seis faculdades de Direito paranaenses receberam o selo, que é atribuído pelo Conselho Federal da OAB aos cursos jurídicos que apresentaram melhor índice de qualidade nos últimos anos.

Além da UEM, receberão o selo de qualidade no ensino jurídico a UEL, a UFPR, a PUC, a Faculdade Curitiba e a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção de uma moção de apoio aos funcionários da Coordenadoria de Comunicação desta Casa visando o seu aproveitamento pela TV Assembléia.

Conhecedores da capacidade comprovada dos profissionais da imprensa que compõem o quadro de jornalistas desta Casa, queremos não só nos solidarizar com estes profissionais, como encarecer ao Sr. Presidente e à Mesa Executiva desta Casa, que envide todos os esforços possíveis para abrir um espaço para que os profissionais da imprensa que fazem parte do quadro desta Casa tenham a oportunidade de demonstrar sua capacidade no exercício de suas funções na emissora de televisão que mostrará os trabalhos do Poder Legislativo de nosso estado.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Presidente da República, Sr. Luis Inácio Lula da Silva, manifestando a posição desta Casa de Leis contrária à realização de plebiscito sobre a legalização do aborto em nosso país. A vida humana pertence a Deus e ninguém tem o direito de tirá-la. A eventual legalização do aborto, no Brasil, contraria os princípios ministrados por todas as religiões, qual seja, devemos respeitar o direito à vida.

O Ministro da Saúde do atual governo federal, admitiu nesta semana, a convocação do plebiscito sobre o aborto. A palavra do Ministro surpreendeu e deixou em estado de alerta grande parte das famílias brasileiras que abominam a prática do aborto e condenam quaisquer tentativas de legalizá-lo. Com o presente requerimento, estamos encarecendo ao Sr. Presidente que não tome nenhuma medida que tente tornar legal tirar a vida de embriões ou bebês indefesos.

Existem inúmeras campanhas publicitárias, privadas ou do governo, ensinando que todos nós devemos fazer o melhor pelas crianças; e, pretender legalizar o aborto, é uma total incoerência, um ato que, com certeza, vai desagradar nosso Pai Celestial.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 128 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Fábio Alexandre Guereta, Diretor de Patrimônio da Duke Energy, solicitando urgência nas negociações entre a referida empresa multinacional com a ASSOCEPAR, objetivando evitar o desemprego em massa dos trabalhadores ceramistas, fato que, se concretizado, vai gerar um grave problema social no município.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta se justifica diante da demora da Duke Energy em celebrar acordo com a Associação dos Ceramistas de Paranapoema - ASSOCEPAR, ocasionando transtornos aos empresários do setor que estão impedidos de extrair argila, uma vez que é necessária a autorização da referida empresa multinacional para a legalização de novas jazidas junto aos órgãos ambientais competentes.

Vale lembrar que na última reunião entre as partes, realizada em dezembro do ano passado, na Casa Civil, no Palácio Iguaçu, em Curitiba, houve o comprometimento da Duke em rever o valor cobrado pelo metro cúbico de argila lavrado em área de seu domínio, cifras consideradas inacessíveis pela ASSOCEPAR. Até a presente data a multinacional não se pronunciou sobre o assunto.

A demora na resolução do impasse implica na paralisação da atividade por falta de matéria-prima. Este quadro, se mantido, vai gerar um grande problema social no município: o desemprego de 300 pessoas que sobrevivem diretamente desta atividade econômica - número expressivo numa cidade de 3 mil habitantes - ou seja, 10% da população estará automaticamente fora do mercado de trabalho.

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve REQUER envio de expediente às Secretarias de Estado da Fazenda e do Trabalho, pedindo explicação dos motivos da suspensão dos repasses ao Banco Social, haja vista as inúmeras reclamações que têm chegado ao gabinete parlamentar, vindas das principais cidades do interior.

Trata-se de um setor importante que presta serviços à população de baixa renda, no sentido de facilitar o crédito, que não pode ser interrompido ou sofrer percalços em decorrência de atrasos na liberação dos recursos.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER envio de expediente ao Exmo. Governador do Estado, Roberto Requião, no sentido de que determine à SANEPAR que informe sobre as obras e investimentos feitos na cidade de Cascavel:

1) quanto foi investido na recuperação de nascentes e matas ciliares e, caso não houve, qual a justificativa;

2) montante de investimento realizado no desassoreamento do lago municipal e, caso não houve investimento, qual a justificativa;

3) que valores foram investidos na ampliação do esgoto sanitário do município em 2005, 2006 e primeiro quadrimestre de 2007;

4) qual o percentual de recursos que foi repassado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, relativo à arrecadação.

dação da empresa na cidade, nos anos de 2005, 2006 e primeiro quadrimestre de 2007;

5) quais os percentuais atingidos no atendimento da população urbana do município nos anos de 2005, 2006 e primeiro quadrimestre de 2007.

São questões que precisam ser esclarecidas para conhecimento da população cascavelense, considerando as discussões e dúvidas que pairam sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, solicitando o retorno imediato das atividades do curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL, PLAUTO MIRÓ, JOCELITO CANTO e PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 1227

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores e demais Deputados que ao final subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após aprovação do douto Plenário, seja enviado requerimento ao Secretário de Estado da Saúde - SESA, Sr. Cláudio Xavier, para desconsiderar o disposto no Memo Circ. nº 005/07/GS, de 12 de abril de 2007, de sua autoria, no que se refere ao desconto de remuneração por falta, dos dias 29 e 30 de março, aos servidores da SESA. Que as faltas, dos 2 dias, sejam abonadas aos servidores, bem como sejam retiradas dos assentamentos funcionais.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) ELTON WELTER

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Rosane Ferreira, Péricles de Mello, Pedro Ivo e Professor Luizão.

JUSTIFICATIVA:

O registro das faltas ao trabalho referente aos dias 29 e 30 de março de 2007 não correspondem à realidade dos fatos, pois os servidores efetivamente não faltaram ao trabalho.

O lançamento das faltas mencionadas foi o meio usado para realizar descontos nos vencimentos dos servidores que se mantiveram laborando 6 horas ou 4 horas diárias, como já fazem desde o início da década de 90.

Busca-se com a presente medida preservar o direito dos servidores, evitando que tenham perdas em seus vencimentos e outras consequências em relação à fruição de outros direitos funcionais.

Em síntese, as faltas não ocorreram e foram indevidamente registradas.

O que se pretende, através deste pedido, é restabelecer a justiça em relação aos valiosos trabalhadores da saúde pública do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Xavier, relativamente às aquisições de medicamentos por aquela Pasta, nos últimos 4 anos, informar o que segue:

1) como tem sido feitas as compras de medicamentos? Especificar as modalidades licitatórias adotadas e eventuais formas de caráter excepcional para compra dos medicamentos;

2) quais as empresas fornecedoras nas diversas modalidades, valor das respectivas vendas e a relação dos medicamentos adquiridos.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando que seja enviado a este Parlamentar, relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade no ano de 1995.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando que seja enviado a este Parlamentar, relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade no ano de 1996.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando que seja enviado a este Parlamentar, relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade

com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade no ano de 1997.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando que seja enviado a este Parlamentar, relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade no ano de 1998.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando que seja enviado a este Parlamentar, relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade no ano de 1999.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1198

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando que seja enviado a este Parlamentar, relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade no ano de 2000.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1199

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando que seja enviado a este Parlamentar, relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade no ano de 2001.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando que seja enviado a este Parlamentar, relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade no ano de 2002.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 337/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído o inciso XI ao artigo 4º da Lei Estadual nº 11580, de 14 de novembro de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O imposto não incide sobre:

(...)

XI - insumos e medicamentos hospitalares para as instituições que atendem pelo SUS.”

Art. 2º Deve o Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 60 dias.

Art. 3º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A isenção do ICMS concedida aos insumos e medicamentos hospitalares às instituições que atendem pelo Sistema Único de Saúde se faz necessária na medida em que estes hospitais são indispensáveis ao atendimento das populações carentes, dependentes do atendimento hospitalar público.

Esse benefício fiscal, de grande valia às instituições em questão, tem como escopo uma maior destinação de recursos ao atendimento dessa população dependente do SUS. O deslocamento das despesas de caráter tributário, para um maior investimento na estrutura de atendimento à população, implicará em considerável agilidade e qualidade nesses atendimentos, o que importa em uma maior proporção de uma das funções básicas do estado: a saúde.

Cabe salientar, no aspecto jurídico da proposição em tela, que tanto a iniciativa quanto a matéria posta no bojo deste projeto de lei estão plenamente abarcados pelas normas constitucionais e infraconstitucionais. É mandamento da Constituição Federal, no seu artigo 24, I, a iniciativa legiferante do estado acerca de matéria tribu-

tária, e, especificamente ao ICMS, no artigo 155, II. Tal mandamento, da mesma forma, encontra apoio na Constituição Estadual, no seu artigo 53, III.

Em assim sendo explícita a necessidade da proposição em tela, bem como a plena legalidade e constitucionalidade da mesma, contamos com o apoio dos nobres Pares para o salutar trâmite deste projeto, e que comine em sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 338/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Taboão, com sede e foro no município de Curiúva, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Taboão é sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por principais objetivos:

a) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras finalidades que visem o interesse e resolvam os problemas e aspirações comunitárias;

b) promover e contribuir para a formação e o desenvolvimento da vida comunitária do bairro.

c) representar os moradores em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

d) promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade;

e) receber e distribuir recursos de qualquer espécie, e de qualquer natureza, e promover também atividades que gerem recursos e espécie;

f) colaborar em especial com poderes públicos, conselhos, sindicatos e outras entidades existentes no município, dando-lhes conhecimento dos problemas do bairro Taboão, pleiteando as respectivas soluções.

A Associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Protesto e Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas em Curiúva - Paraná, prestando desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 339/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 15469/07, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Lei nº 15469/07, Art. 1º Em conformidade com o artigo 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a doar aos municípios imóveis de propriedade do estado do Paraná que estejam desocupados ou que estão ocupados por estabelecimento de ensino municipal.

§ 2º Os imóveis doados com base neste artigo deverão, prioritariamente, serem utilizados por estabelecimentos de ensino fundamental, podendo, entretanto, ser utilizados para outras finalidades, conforme a necessidade concreta de cada município.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Quando da edição da Lei nº 15469/07, a qual autorizou o Poder Executivo doar aos municípios imóveis de propriedade do estado que estejam desocupados ou que estão ocupados por estabelecimento de ensino municipal, em seu artigo 2º houve expressa limitação de uso, o que torna a lei muito restritiva, gerando quase inaplicabilidade da mesma.

Assim, visando corrigir tal ocorrência, apresentamos nova redação ao artigo 2º, o que gerará maiores benefícios aos municípios, pois estes imóveis doados também podem ser utilizados para outros fins, caso o município já possua estabelecimento de ensino que supra sua necessidade.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 340/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O estabelecimento que comercializa medicamentos genéricos fica obrigado a manter disponível, para consulta do consumidor, relação atualizada desses medicamentos, na forma do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei Federal nº 9787, de 10 de fevereiro de 1999, que estabelece o medicamento genérico e dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o estabelecimento às sanções previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990 -

Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Através da proposição que ora apresento, matéria inerente ao direito do consumidor, os estabelecimentos que comercializam medicamentos genéricos ficam obrigados a manter disponível, para consulta do consumidor, relação desses medicamentos.

Com esta iniciativa, o consumidor poderá facilmente visualizar o nome do medicamento genérico que pretende adquirir e se o estabelecimento efetivamente o possui, facilitando a obtenção do mesmo, pois abre-se com este projeto a possibilidade de o consumidor ter maior conhecimento da imensa gama de remédios genéricos, nas suas diversas opções de marcas (laboratório fabricante) colocados à disposição no mercado.

PROJETO DE LEI Nº 341/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite, abrangendo a bovinocultura, a bubalinocultura, a ovinocultura e a caprinocultura, será formulada e executada com os seguintes objetivos:

I - garantir a oferta sustentável de leite e derivados suficientes para abastecer o mercado estadual e para geração de excedentes exportáveis;

II - assegurar o acesso do leite e seus derivados aos consumidores, especialmente os de baixa renda, em condições adequadas, promovendo o aumento do consumo desses produtos;

III - garantir a melhoria da qualidade do produto oferecido ao consumidor;

IV - estimular o aumento da competitividade sistêmica no setor, incentivando a cooperação entre os produtores e demais agentes integrantes da cadeia produtiva;

V - assegurar a melhoria da renda dos produtores, especialmente através de instrumentos que permitam maior agregação de valor aos produtos;

VI - promover a capacitação dos agricultores e o seu acesso ao melhoramento genético, ao controle sanitário e à inovação tecnológica poupadora de energia e não degradadora do ambiente natural; e

VII - reduzir o comércio informal de leite e derivados e a evasão fiscal.

Art. 2º São instrumentos da Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite:

I - o crédito;

II - a tributação;

III - a pesquisa;

IV - o ensino;

V - a extensão rural e a assistência técnica;

VI - a vigilância em saúde;

VII - o apoio ao cooperativismo e ao associativismo;

VIII - o apoio à agroindústria familiar;

IX - o acesso a informações socioeconômicas;

X - as compras governamentais com finalidade do abastecimento institucional;

XI - a certificação de identidade, origem e qualidade dos produtos.

Art. 3º Os programas e ações da Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite darão prioridade à agricultura familiar, a suas cooperativas e associações, e aos pequenos e médios estabelecimentos comerciais e agroindustriais.

Art. 4º A Política Estadual de Incentivo a Pecuária de Leite será planejada e gerida de forma descentralizada e com ampla participação das entidades representativas dos agentes que atuam na cadeia produtiva do leite e seus derivados.

Art. 5º Diante da presente lei, fica assegurado ao cidadão o direito ao acesso a planilhas de custos da produção de leite contendo as seguintes informações relativas à produção e à comercialização no sistema agroindustrial do leite bovino e de seus derivados:

I - preços do leite *in natura* recebido pelos agricultores, identificando as modalidades cota, extracota e bonificações;

II - preços do leite e de seus derivados recebidos pelas indústrias no mercado atacadista;

III - preços do leite e de seus derivados pagos pelos consumidores no mercado varejista;

IV - preços dos insumos agropecuários, tais como fertilizantes, corretivos de solo, rações e suas matérias-primas, suplementos, vacinas, medicamentos e outros produtos veterinários;

V - preços do frete do leite *in natura*;

VI - preços pagos pelas indústrias das embalagens para envasamento do leite processado;

VII - preços de máquinas e equipamentos, tais como tratores, ordenhadeiras e resfriadores;

VIII - salários pagos aos trabalhadores rurais; e

IX - preços de animais em produção e para reposição de rebanhos.

Art. 6º A coleta de informações previstas nesta lei obedecerá uma metodologia a ser elaborada pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, observando as diversas regiões do estado e os diferentes sistemas de produção.

Art. 7º A divulgação das informações previstas nesta lei será feita periodicamente através dos meios de comunicação oficiais.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O estado do Paraná destaca-se no cenário nacional por sua expressiva produção de leite e derivados, posição que vem sendo ameaçada nos últimos anos, dada a falta de assistência a pequenos e médios produtores.

São vários os fatores que contribuem ostensivamente para a estagnação e até para a diminuição da produtividade no setor leiteiro. Como exemplos, citamos o êxodo rural, a falta de financiamento e de incentivos por parte dos órgãos financiadores do poder público, o abandono do homem do campo e a falta de uma política mais justa para a comercialização do leite e seus derivados. Além disso, altas taxas de juros instituídas pelo governo federal, levam os produtores de leite a não investir mais nas suas produções. A falta de crédito, de apoio às cooperativas e a pequenos produtores, aliada ao controle do preço do leite pelas grandes empresas de beneficiamento do produto, força a redução dos preços do rebanho, do leite e de seus derivados básicos.

A proposição ora sugerida tem o objetivo de dar contorno mais abrangente ao tema tratado, atendendo amplamente o setor e os consumidores de produtos lácteos. Há de se destacar a permanente preocupação em amenizar a dramática situação pela qual passam os pequenos e médios produtores de leite, os quais têm sido vítimas de um processo econômico perverso.

Pelas razões aqui apontadas, conclamo os nobres Deputados desta Casa a aprovar a presente proposição, cujo alcance social e econômico é de incontestável relevância.

PROJETO DE LEI Nº 342/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação dos Produtores Rurais de Água Nova e Adjacência - APRAN, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Rurais de Água Nova e Adjacência - APRAN, com sede no município de Paranavaí, conforme disposto no artigo 1º, parágrafo

fos 1º e 2º de seu estatuto, é entidade civil sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, dentre outros arrolados no artigo 3º e incisos do estatuto, integrar, fortalecer e apoiar a atividade dos produtores agrícolas da Água Nova e Adjacência, estimular a manutenção, qualificação e ampliação da mão-de-obra da agroindústria e da agropecuária, de modo que os produtores rurais possam alcançar auto-suficiência produtiva.

Atualmente, a APRAN tem 20 sócio ativos, todos pequenos e médios produtores rurais, cuja produção é diversificada: leite, mandioca, laranja, café e bovinocultura de corte. Essas atividades envolvem direta e indiretamente mais de 500 (quinhentas) pessoas e, devido às ações promovidas pela APRAN, seja ao orientar os produtores com vista à diminuição de custos e otimização da produção, seja na divulgação de informações e apoio técnico aos seus associados, houve significativo aumento na renda de seus associados.

A APRAN, pelos relevantes serviços sociais prestados à população de Paranavaí, já foi inclusive declarada de utilidade pública municipal.

A documentação anexa ao presente projeto de lei demonstra que a APRAN preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e atende os demais dispositivos aplicáveis à espécie, razão pela qual merece o apoio dos nobres Pares desta Casa, necessário para sua aprovação.

Projetos de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 083, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a região metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Munhoz de Mello, São Jorge do Ivaí, Floraí e Presidente Castelo Branco.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A inclusão dos municípios de Munhoz de Mello, São Jorge do Ivaí, Floraí e Presidente Castelo Branco na região metropolitana de Maringá é reivindicação antiga daquelas municipalidades.

Munhoz de Mello tem 3 mil 401 habitantes, e está localizada a 35 quilômetros de Maringá. São Jorge do Ivaí contém um número de 8 mil 672 habitantes e está localizada aproximadamente a 45 quilômetros de Maringá. Floraí contém uma população de 5 mil 150 habitantes, estando localizada a aproximadamente 55 quilômetros de Maringá e Presidente Castelo Branco com uma população de 4 mil 726 habitantes está a uma distância de aproximadamente 38 quilômetros de Maringá, segundo dados do IBGE.

Os munícipes deslocam-se com frequência até Maringá, onde buscam atendimentos médicos em hospitais regionais e também exames especializados.

Serviços públicos federais e estaduais estão centralizados em Maringá, como REDUR da CEF. É também considerada como um grande centro universitário, contendo uma das mais conceituadas universidades do Paraná, a UEM - Universidade Estadual de Maringá, dentre outras instituições como a CESUMAR, UNINGÁ, e também todas as vinculadas e núcleos das Secretarias Estaduais.

Por isso, faz-se necessária a conurbação para que o município de Munhoz de Mello seja incluído na região metropolitana de Maringá, facilitando assim aos seus moradores que trabalham e estudam em Maringá.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 344/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 083, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a região metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Jandia do Sul, Munhoz de Mello, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Floraí.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) CIDA BORGHETTI

ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A inclusão dos municípios de Munhoz de Mello, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Floraí, na região metropolitana de Maringá, é reivindicação daquelas comunidades.

Essas municipalidades possuem característica essencial que lhes faculta participar do planejamento conjunto da região metropolitana de Maringá, qual seja, a conurbação. Todos pertencem a AMUSEP.

Munhoz de Mello tem população estimada pelo IBGE em 3 mil 314 habitantes.

São Jorge do Ivaí tem população estimada pelo IBGE em 9 mil 364 habitantes.

Ourizona tem população estimada pelo IBGE em 3 mil 511 habitantes.

Floraí tem população estimada pelo IBGE em 5 mil 631 habitantes.

Esses municípios dependem da cooperação com os municípios maiores para garantir a fixação da respectiva população.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Democratas)

O SR. DEPUTADO PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Estamos no mês de maio, Srs. Deputados, e no domingo agora, dia 12 de maio, estará completando, no sábado, 4 anos que o Governador Roberto Requião acabou com o curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Curso esse que foi autorizado pelo ex-Governador Jaime Lerner, no mês de agosto de 2001, para que ele pudesse funcionar na Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi implantado pelas mãos do ex-Governador do Estado do Paraná. Em seguida, no mesmo ano, recursos foram liberados para que aquela universidade pudesse construir o bloco de Medicina e para que pudesse abrigar todos os alunos desse curso que estava sendo autorizado. Deixar claro, curso esse que foi criado no final da década de 60 quando o Governador do Estado do Paraná se chamava Paulo Pimentel. No momento em que ele criou as universidades estaduais, criou também o curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mas nem o Governador que passou implantou, autorizou a implantação desse curso.

A partir da hora que o bloco estava construído, o vestibular foi realizado em julho de 2002, e no mês de fevereiro de 2003, os alunos assumiram - aqueles alunos que passaram no vestibular - começaram a receber as primeiras aulas desse curso. Exatamente 3 meses depois, o Governador Roberto Requião extinguiu esse curso, com alunos em sala de aula, com professores contratados e o curso prosseguindo. Agora, analisamos, 4 anos depois que o Requião acabou com o curso daquela universidade, analisamos o quanto poderia esse curso, Deputado Nelson Justus - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quanto esse curso poderia estar ajudando na saúde dos moradores do município de Ponta Grossa e da região dos campos gerais, porque esse curso era voltado para a formação do médico da família - o médico da família é aquele que faz o atendimento na casa

das pessoas - e no currículo escolar teriam, os acadêmicos desse curso, que estar fazendo estágio nos postos de saúde da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. E naturalmente quando os acadêmicos estivessem fazendo os seus estágios, estariam atendendo as pessoas da nossa cidade.

Infelizmente, o Governador do Estado do Paraná tirou da cidade de Ponta Grossa e da universidade esse importante curso. E digo a vocês, o problema de saúde - e os Deputados da nossa cidade de Ponta Grossa sabem - não vai bem, é problema de falta de leitos de UTI, é problema de falta de médicos, e esse curso, com certeza, iria alavancar uma melhoria na saúde da nossa cidade e de toda a região dos campos gerais.

Ponta Grossa continua de luto e cada vez mais eu vejo que enquanto não mudar o Governador do Estado do Paraná, o curso de Medicina não vai retornar para a nossa cidade. E parece-me que o atual Governador tem uma diferença para com os ponta-grossenses. Fica claro para mim que ele não gosta da nossa cidade e da nossa região, porque no dia de ontem o Governador anunciou que quer fechar a indústria Tetra Pak que está implantada lá no município de Ponta Grossa, gerando centenas de empregos e gerando riquezas, impostos para o Governo do Estado do Paraná e também para a prefeitura municipal de Ponta Grossa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo o meu protesto a este Governador que, pela terceira vez está governando o nosso estado, mas tenho a paciência de aguardar mudar este governo e um Governador equilibrado, coerente e com os interesses voltados a resolver os problemas do Paraná possa assumir o nosso governo e devolver o curso de Medicina que o Requião tirou da nossa universidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Osmar Bertoldi.

Deputado Osmar Bertoldi (Democratas)

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna hoje para falar de um tema que, há questão de um mês atrás, estava sendo debatido: a questão da realização da Copa do Mundo de 2014 na cidade de Curitiba ou no estado do Paraná, mas muito mais para alertar e gostaria de ler aqui o caderno de encargos que foi enviado ao Governador Requião e que gostaria de saber, depois de ler, qual seria a opinião de cada um dos senhores.

Foi encaminhado pela Federação Paranaense de Futebol ao Sr. Governador - como é do conhecimento de V. Exa., o Brasil está pleiteando a oportunidade histórica de sediar a Copa do Mundo de 2014 - para fazer frente a

este esforço, em nome da Confederação Brasileira de Futebol, solicito o empenho para responder a um conjunto de questões previstas no chamado Caderno de Encargos da FIFA, organizadora desse que é o maior evento esportivo do mundo. Para a documentação brasileira é necessário que sejam, fornecidas as informações relacionadas em anexo, a serem remetidas à CBF, imprerivelmente, até o dia 31 de maio do corrente ano de 2007.

Não vou ler todo o ofício, mas vou ler alguns questionamentos que foram feitos e que temos somente até o dia 31 de maio se nós quisermos ser uma das cidades, um dos estados sede da Copa do Mundo de 2014. E quando li este caderno me preocupei com alguns quesitos, como por exemplo:

“a) Quais são os principais atributos e características do estado e do município para sediar a realização da Copa do Mundo de 2014?”

Será que o município de Curitiba, será que o governo do estado está fazendo um trabalho articulado para que possamos ser sede, no caso de Curitiba, por exemplo?

“b) No que diz respeito, qual é a tradição esportiva do município em geral?

c) Qual é a tradição do município em relação ao futebol?

d) Qual a experiência do município em sediar eventos de envergadura internacional?

e) Quais as principais atrações turísticas do município e do estado, que possam motivar também a presença de visitantes estrangeiros?”

No caso do nosso estado, temos as Cataratas de Foz do Iguaçu, temos o nosso litoral, a Ilha do Mel.

“f) Como está sendo articulado e qual é esse projeto que o governo do estado estaria mandando para a Confederação Brasileira no sentido de fazer com que o nosso estado esteja realmente credenciado para isto?

g) Número total de hotéis e quartos”

Será que temos condições de receber a quantidade de turistas que aqui virão, caso sejamos sede desse evento esportivo?

“h) Número total de hospitais e leitos.

i) Número de instalações culturais (teatros, cinemas, museus, galerias de arte, óperas e orquestras).

j) Número de universidades e outras instituições de ensino superior.”

(Passa a ler):

“2 - Estádios

a) Informar o estádio selecionado.

b) A definição deve ser enviada para o endereço do responsável pela edição do documento final da candidatura brasileira (especificado na carta), no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento desta correspondência, esclarecendo a seguinte questão: o estádio selecionado será reformado ou trata-se de um novo?

c) Em caso de opção por reforma, essa informação também deve ser enviada na resposta. Uma equipe téc-

nica deste Comitê Organizador entrará imediatamente em contato, para oferecer as indicações técnicas necessárias para que as modificações sejam compatíveis com as exigências da FIFA. Já em caso de construção de unidade nova, o projeto deve respeitar fielmente as especificações contidas no Caderno de Encargos.”

O segundo aspecto que é de estádios eu não quero nem passar por isso, porque estamos na discussão se é do Atlético, se é do Coxa, se é do Paranaíba, qual é o estádio de futebol que seria o mais adequado para sediar a Copa do Mundo.

Faço uso do horário do meu partido.

Passa a usar o Horário da Liderança dos Democratas

“3 - Condições naturais, meio ambiente e patrimônio histórico

a) Qual é a qualidade do ar, medida de acordo com padrões internacionais?

b) Como a qualidade do ar evoluiu ao longo dos últimos 5 anos?

c) A qualidade do ar está sujeita a mudanças durante a temporada da realização das competições?

d) Qual a qualidade da água para beber (gratuita e disponível para a população por meio de rede pública de distribuição), medida de acordo com padrões internacionais?

e) Quais são as áreas ambientais (incluindo reservas naturais e outras áreas protegidas) que podem ser afetadas pela realização de jogos no estádio e pelo transporte da população?

f) Quais são as áreas culturais e de patrimônio histórico (incluindo monumentos nacionais, regiões históricas e lugares de significado religioso) que podem ser afetadas pela realização de jogos no estádio e pelo transporte da população?

4 - Plano de proteção ao meio ambiente

Deve ser apresentado um plano abrangente para minimizar o impacto ambiental negativo no município, incluindo os seguintes aspectos:

a) Objetivos, metas e prioridades relativos ao meio ambiente.

b) Avaliação de impacto ambiental.

c) Esquemas de minimização da poluição do ar e sonora.

d) Gerenciamento do rejeito sólido e esquema de gerenciamento de esgoto em todos os locais de realização da Copa 2014.

e) Esquemas de reciclagem e soluções para evitar uso excessivo de embalagem.

f) Uso de métodos e materiais de construção amigáveis ao meio ambiente quando se tratar de edificações relacionadas à infra-estrutura das competições.

g) Medidas de limpeza depois das competições.

h) Cooperação e diálogo em medidas de proteção ao meio ambiente entre as prefeituras e governos estadual e federal.

i) Programas de consciência ambiental, mensagens e campanhas positivas de relações públicas.

5 - Condições meteorológicas

a) Quais as temperaturas mínima, máxima e média (medidas em Celsius), durante cada um dos meses de maio a agosto nos últimos 5 anos (2002-2006), ao meio-dia, 14 horas, 16 horas, 18 horas, 20 horas e 22 horas?

b) Quais os níveis de umidade mínimo, máximo e médios (medidos em porcentagem), durante cada um dos meses de maio a agosto, nos últimos 5 anos (2002-2006), ao meio-dia, 14 horas, 16 horas, 18 horas, 20 horas e 22 horas?

c) Qual é o número médio de dias em cada um dos meses de maio a agosto nos quais a precipitação de chuvas excedeu 0,1 ml nos últimos 5 anos (2002-2006)?

d) Qual a direção média do vento e velocidade (em Km/h) em cada um dos meses de maio a agosto, dos últimos 5 anos (2002-2006)?

e) Qual a altitude (em metros) acima do nível do mar?

6 - Transporte

a) Qual é a infra-estrutura de transporte existente (público e privado)?

b) Quais são os aeroportos (para vôos nacionais e internacionais) dentro ou próximos do município?

c) Apresentar os seguintes dados sobre cada aeroporto:

- Distância do aeroporto ao centro da cidade.

- Conexões de transporte público do aeroporto para a cidade (com a informação de custos e duração média de viagem).

- Existência ou não de interdição de vôos noturnos.

- Total de portões de embarque nacional e internacional.

- Quem são as autoridades mais relevantes do aeroporto?

d) Quais são os serviços ferroviários disponíveis, no interior do município e ligando-o às outras possíveis cidades-sede?

e) Qual o custo médio e a duração dessas viagens ferroviárias?

Quais são os indicadores de confiabilidade deste sistema de transporte?

Apresentar detalhes do sistema.

f) Quais são os serviços de metrô ou monotrilho disponíveis no município? Apresentar detalhes.

g) Quais são os serviços de ônibus urbanos e os custos médios de viagens? Apresentar detalhes do sistema.

h) Quais são os serviços de ônibus ligando o município a outros municípios (inter-estaduais) onde haverá jogos, com custos médios de viagens? Apresentar detalhes do sistema.

i) Apresentar detalhes sobre a malha rodoviária, as principais rodovias e o tempo médio de viagem de carro entre o município e as outras possíveis cidades-sede.

j) Quais são os projetos de construção de rede de rodovias antes e durante 2013 e 2014, que poderão ter impacto positivo ou negativo sobre as competições ou sobre a preparação delas? Dar detalhes.

k) Apresentar detalhes das conexões de transporte público entre o centro da cidade e o estádio, incluindo duração do percurso e preço médio da viagem.

l) Quais são as facilidades de estacionamento público dentro de um raio de 2 quilômetros a partir do estádio? Dar detalhes.

7 - Plano de transporte

Apresentar um plano detalhado de transporte para as competições, contendo:

a) Planos de coordenação entre o Comitê de Organização da Copa 2014 e todos os órgãos e autoridades mais relevantes de transporte.

b) Sistemas de gerenciamento de tráfego ao redor do estádio e centro da cidade em dias de jogos.

c) Planos de transporte para os times, equipes de arbitragem, membros da FIFA, membros VIP da delegação da FIFA (em cada caso, com veículos de escolta policial).

d) Obras de melhoria programadas em toda a infraestrutura mais importante de transporte.

e) Planos de emergência e contingência.

8 - Serviços Médicos (Secretaria de Saúde do Município)

a) Quais os nomes e o número de hospitais dentro de um raio de 20 quilômetros do estádio (juntamente com tempos de acesso ou deslocamento)?

b) Quais os nomes e o número de hospitais dentro de um raio de 50 quilômetros, que possam prestar tratamento especializado de ferimentos relativos ao esporte para atletas profissionais de gabarito mundial?

c) Quais os serviços de emergência médica operantes e como podem estar preparados para uma emergência médica em larga escala?

d) Quais são os riscos de saúde para visitantes estrangeiros no município e no estado?

e) Quais as recomendações de vacinação e de saúde pública para visitantes estrangeiros específicas para o município e para o estado?

f) Quais as epidemias registradas recentemente no município e no estado?

g) Quais os métodos com os quais os visitantes estrangeiros podem contar para cobrir despesas médicas?

9 - Segurança

a) Quais os riscos de segurança para o público no município?

b) Apresentar avaliações especializadas sobre de riscos de distúrbios civis, índices de criminalidade, riscos de catástrofes naturais e riscos de ataques terroristas.

c) Quem são e que papel exercem as principais autoridades de segurança (tais como Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Serviços de Inteligência e Unidades Regionais das Forças Armadas).

d) Apresentar a relação das autoridades participantes em emergências.

e) Informar a extensão proposta das zonas de proibição de vôos sobre os estádios em dias de jogo.

f) Apresentar detalhes da escolta policial para os times, equipes de arbitragem, Presidente da FIFA e membros VIP da delegação da FIFA.

g) Apresentar detalhes da ocorrência de incidentes de segurança em larga escala no Brasil, em eventos esportivos, nos últimos 10 anos, e quaisquer subsequentes investigações públicas, recomendações surgidas de tais investigações e registro da implementação de tais recomendações."

É aí que fica a minha pergunta: será que com a briga política existente entre o Prefeito Beto Richa e o Governador do Estado, será que estão se conversando, ou por uma briga política, de repente, iremos acabar de poder pleitear, de estarmos aptos a sediar uma Copa do Mundo que todos sabemos a quantidade de investimentos que virão, caso sejamos escolhidos como sede? Não é investimento somente na cidade de Curitiba, é investimento em todo o estado. Serão milhares de turistas que irão visitar o nosso estado, que terão oportunidade de visitar as nossas riquezas naturais, os nossos pontos de atração turística.

Fica a minha preocupação, porque no começo, motivados pela torcida entre Paraná, Coxa e Atlético, houve um movimento grande na escolha do estádio. O quesito para poder sediar uma Copa do Mundo é muito mais amplo do que ser torcedor do time A ou B. Aí vem o meu questionamento no sentido de saber qual é a pessoa do estado do Paraná que está encarregada de todos esses questionamentos à FIFA? Qual é a pessoa, se caso, no Estado do Paraná o município for Curitiba, pela sua infraestrutura já existente, qual é a pessoa que está trabalhando de maneira articulada com o governo do estado a responder esse Caderno de Encargos, de maneira adequada, porque não é só uma simples resposta, talvez essa resposta nos dirá se seremos sede ou não da próxima Copa do Mundo?

Essa é a questão que venho trazer para a Casa e acredito que seria importantíssimo o empenho de atletas, coxas-brancas, paranistas, torcedores do Londrina, enfim, de todos os times de futebol. Volto a repetir, um evento dessa envergadura é maior do que o sentimento que cada um tem de torcedor, seja por qualquer time. Falo isso de peito aberto, até porque, quando sou questionado para qual time eu torço, costumo brincar e dizer que torço para o Trindade Futebol Clube que é um clube da suburbana, sou Presidente de Honra. Fica ali no bairro do Cajuru e é um clube que eu ajudo a disputar a suburbana.

Cedo aparte ao deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Democratas)

Deputado Osmar Bertoldi, ouço o seu pronunciamento. Na verdade, é um pronunciamento muito importante para o Paraná, não para o Parlamento. O que é bom para o Paraná, é bom para o Parlamento. A Copa do Mundo, aquela que o Brasil está reivindicando para sermos sede em 2014, sem sombra de dúvida existem muitos estados que pleiteiam um espaço para sediar uma fase, ao menos, da Copa do Mundo. Eu conversava rapidamente com o Deputado Antonio Belinati, que foi Prefeito na época em que se realizou no Brasil o Pré-Olímpico, e Londrina foi a cidade sede.

Quer dizer, Curitiba e o Paraná são reconhecidos através do seu esporte. Acredito que tanto o Governador quanto o Prefeito de Curitiba, como as empresas de Curitiba, haverão de somar esforços para que possamos ser sede. Temos o Presidente da Assembléia Legislativa, torcedor do Atlético do Paraná, assim como V. Exa. é um torcedor do Coxa, do Coritiba...

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Do Trindade.

O Sr. Elio Rusch (Democratas)

E temos na Assembléia, os torcedores, os paranistas, enfim, de todos. Isso não é uma luta nem dos atleticanos, nem dos coxas e nem dos paranistas. Não é do PMDB do Requião, não é do PSDB do Beto Richa, não é dos Democratas como V. Exa., mas é uma reivindicação da sociedade do Paraná. Acho que é muito oportuno neste momento, Deputado Osmar Bertoldi, que a Assembléia Legislativa, através do nosso Presidente Deputado Nelson Justus, pelo trânsito, pela facilidade, pela convivência que ele tem com o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, com o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, para que a Assembléia, nós, Deputado Nelson Justus, pudéssemos exatamente encabeçar isso também, juntar as nossas formas ao menos para pleitear a sede da Copa do Mundo de 2014, caso o Brasil venha a ser agraciado, para que possamos preencher esses requisitos que V. Exa. acabou de fazer a leitura.

Sou solidário, parabéns a V. Exa., acho que é uma luta que não tem cor partidária, não tem ideologia, mas é uma luta da sociedade do Paraná.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Obrigado, Deputado Rusch, inclusive, até porque estamos em cima do prazo, temos até dia 31 deste mês para responder todos esses quesitos. Sinceramente, não sei se algum Deputado aqui pode até me corrigir, sabe se alguns desses questionamentos já estão respondidos. Gostaria de perguntar ao Líder do Governo, que talvez nos respondesse esse questionamento, se tem alguma

pessoa do estado fazendo esse trabalho? É um trabalho que não é fácil, não é simples, são estudos a serem feitos.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Só para informar a V. Exa. que quem está tratando desse assunto é a Paraná Esporte, através do torcedor do Coritiba, o Gomide. Prova disso que, recentemente, ele fez o Governador Roberto Requião assinar um documento indicando o Estádio do Pinheirão para realizar a próxima Copa do Mundo, aqui a subsede.

Depois, por interferência de outros Deputados, o Governador parece que vai indicar o Estádio do Café, de Londrina e, também, o Estádio da Baixada. Quem está tratando disso é quem cuida do esporte do Paraná, a Paraná Esporte, através do seu Presidente Ricardo Gomide. Ele que está tratando desse assunto.

Aqui nesta Casa, temos a Comissão nomeada para tratar desse assunto. Até solicitaria do nosso Presidente, que fizesse a nomeação da Comissão, para que ela pudesse fazer esse acompanhamento que V. Exa. pede com toda a razão, em benefício do povo do Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Obrigado, Deputado Jocelito Canto.

Inclusive, o que eu vejo é que a coisa é um pouco mais complexa do que uma área de atuação simplesmente do próprio governo. Claro que é um evento esportivo, mas para ser realizado esse evento esportivo precisaríamos de uma integração total das Secretarias dos Transportes Estadual e Municipal, porque temos dados da Secretaria dos Transportes com relação, ao que diz respeito à malha viária do estado e do município sede, seja ele qual for. Antes até do pré-requisito de estádio de futebol, na verdade vem todos esses requisitos, da rede hoteleira, daí precisa de uma articulação com a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, do estado e do município.

A coisa é muito complexa para ser levada, muitas vezes, na paixão do seu time de futebol. Esse é o grande detalhamento que faço aqui. Esse é o grande questionamento que faço aqui hoje, na Assembléia.

O Sr. Francisco Bühler (PSDB) (Aparte)

O Paraná tem que estar muito acima da paixão pelo clube. Sem dúvida nenhuma, que bom se vier para o Paraná, não importa que seja em Londrina ou em Curitiba, se vai ser no estádio do Coritiba ou do Atlético, o importante é que venha. No Paraná temos condições. Por exemplo, a cidade vizinha, na área metropolitana, que é São José dos Pinhais, pode oferecer o campo, é o estádio municipal, para treinamento.

Tem uma rede de hotéis em São José dos Pinhais que pode ser beneficiada. Estou falando em São José dos Pinhais, mas pode ser em Colombo, Araucária, Fazenda

Rio Grande, enfim, todas as cidades da região metropolitana vão ser beneficiadas, eu tenho certeza.

O seu pronunciamento está na linha correta, só precisamos lutar para que venha realmente para o estado do Paraná. Esse é o nosso objetivo como Deputado Estadual.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Não tenho dúvida, Deputado, que terá reflexo em todas as regiões do estado.

Se recordarmos, a Seleção Brasileira ficou instalada, não no município onde ela jogou os seus jogos, ficou a 200 quilômetros instalada como seu centro de treinamento e jogava numa outra cidade daquele país. Como temos um país de tamanho continental, não tenha dúvida, que nem todos os times de futebol que vierem e jogarem, seja em Curitiba ou seja em Londrina, estarão instalados naquela cidade que é a cidade do jogo. Muitas vezes estarão numa cidade vizinha, muitas vezes numa cidade não tão vizinha assim. Por que não dizer que uma seleção possa se instalar em Ponta Grossa, usar o campo do Operário de Ponta Grossa como centro de treinamento? Fomenta todo o comércio daquela cidade e estará jogando em Londrina ou em Curitiba.

Quando dizemos que hoje precisamos nos empenhar para trazer esse evento esportivo para cá, é exatamente nesse sentido, e os milhares de turistas que estarão visitando as Cataratas de Foz do Iguaçu porque vieram ver jogos de futebol aqui e de repente irão para Foz.

É neste sentido que fazemos esse pronunciamento. Gostaria que essa comissão fosse nomeada o quanto antes, para se ter a resposta em regime de urgência, porque temos somente - volto a frisar - até o dia 31 deste mês para dar resposta à CBF e a CBF emitir o nosso relatório, se Deus quiser, sendo bem feito esse relatório, para que possamos nos credenciar para a Copa do Mundo de 2014.

Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Quero convidar para fazer uso do Grande Expediente, com a concordância dessa Mesa, representantes dos trabalhadores, Vereador de Campo Largo Marcelo Puppi, representantes dos trabalhadores que estão aqui, Paulo Ferreira e a Joseane Bastos, também representante do sindicato, que irão dividir o seu tempo para falar sobre a fábrica TMT, que é uma fábrica de motores de Campo

Largo que recentemente fechou as suas instalações e tivemos cerca de 600 trabalhadores desempregados. Gostaria que fizessem uso, agradecendo a Mesa, para explicar aos Srs. Deputados o que significou o fechamento dessa unidade em Campo Largo.

Sr. Marcelo Puppi (Presidente da Comissão da TMT)

O SR. MARCELO PUPPI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de falar da minha satisfação, como ex-servidor desta Casa, de voltar aqui na qualidade de Vereador de Campo Largo, e ao mesmo tempo mostrar a nossa preocupação com o que está acontecendo em Campo Largo.

Campo Largo é uma cidade que cresceu mais do que a média do Paraná e do Brasil. Para termos uma idéia, em 1970, tínhamos em Campo Largo menos de 7 mil eleitores, e hoje temos mais de 80 mil eleitores.

Campo Largo é uma cidade que, você vira um prato de comida no Brasil e esse prato é feito em Campo Largo. Se temos essa luz aqui é pelos isoladores que lá estão sendo produzidos. Azulejos, água, uma produção, enfim, extraordinária. Mas chegou num determinado momento, e aí o Deputado Nelson Justus teve uma belíssima participação como Secretário, que era preciso modificar o perfil econômico e Campo Largo recebeu a Chrysler que ficou por menos de 5 anos. A Chrysler, quando foi embora, acabou pagando todos os seus impostos, tudo que devia ao estado e ao município e no lugar da Chrysler se instalou uma empresa chamada TMT Motoco, que é uma empresa de motores de um grupo de americanos.

Essa empresa chegou a Campo Largo e começou a empregar, imediatamente, 800 funcionários. Tomou empréstimos em bancos para que pudesse fazer essa operação. Depois de um tempo de a empresa estar lá, ela procurou um acordo extrajudicial com alguns bancos e esse acordo foi para a justiça de Campo Largo para ser homologado. Isto, em novembro do ano passado. Em novembro não foi homologado, em dezembro não foi homologado, em janeiro não foi homologado, em fevereiro não foi homologado, e na metade do mês de março, agora, pegou todo mundo de surpresa na cidade, não houve a homologação. O juiz chamou os demais credores. A empresa não tem nenhum débito trabalhista e nenhum débito com fornecedores. Mas 2 bancos, o UNIBANCO e o Banco Alpha tentaram se habilitar. Quando se imaginava que poderia ter um acordo, este acordo não veio. E as contas da TMT em Campo Largo foram todas bloqueadas.

Os funcionários foram dispensados em férias coletivas. E aí aconteceu algo que deixa-nos, a todos perplexos: na Bolsa americana, o índice NASDAQ, as ações da TMT que custavam 24, 22 dólares durante o ano inteiro, após a decisão em Campo Largo, elas caem, nos Estados

Unidos, para 7 dólares, e inviabiliza a fábrica, praticamente no mundo inteiro.

Mas, como Vereador lá e trazemos esta preocupação aos Deputados Estaduais do Paraná, porque nós temos lá, hoje, 670 desempregados diretos, mais um número aproximado de 300, que são de fornecedores, e agora o sindicato acaba de me passar o número, que deve ser de 2 mil desempregados diretos pelo fechamento dessa fábrica em Campo Largo.

Quem são esses funcionários? Nós traçamos um perfil, Deputado Nelson Justus, são metalúrgicos, todos na faixa de 22 a 35 anos, com 2 filhos, casados. Este é o perfil desses funcionários. Ou seja, temos aqui uma questão de empresas que se instalam no Paraná; uma questão de decisão judicial, que não se discute, ou que se discute a partir de então, porque era uma homologação extrajudicial. Mas, principalmente esta preocupação, de todos nós da cidade e de todos os Deputados, deve ser também destes empregos que não temos, a partir de agora. É um caos social que se instala, é uma situação que temos que ver com muita cautela.

Sei e tenho notícias de que o Governador do Estado está empenhado nesta situação. Sei e tenho notícias de que o Prefeito de Campo Largo deve viajar, agora, com o Governador, nesta viagem, ao Japão, é possível que se ache uma solução. Mas, mais do que isto, precisamos discutir essas relações, relações políticas que afetam as relações privadas, no interesse público de uma cidade, de um estado, com as empresas que são tomadas, inclusive de surpresa, com algumas decisões, para mostrar que uma decisão tomada num município como Campo Largo pode afetar a Bolsa de Valores de Nova York. Este é um fato, mas o fato maior que aqui nos traz é discutirmos, hoje, uma alternativa, uma solução e pedir o apoio de todos os Srs. Deputados Estaduais do Paraná, da Situação e da Oposição, para olharem com carinho e com cuidado esta questão que hoje aflige Campo Largo e que a todos preocupa.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Quero parabenizar o nobre Vereador Marcelo Puppi por esta sua preocupação com os trabalhadores e trabalhadoras que perderam os empregos e sobretudo sua preocupação com a cidade de Campo Largo como um todo, porque a partir do momento que se fecha uma empresa é menos dinheiro circulando na cidade, é menos emprego. Isto atinge o comércio, a venda no próprio comércio acaba sofrendo uma abalo.

Então, não é só quem estava trabalhando na empresa que fechou que vai ficar no prejuízo, a cidade, como um todo, perde. O Paraná e o Brasil.

Então, felicito o ilustre batalhador por Campo Largo, esta grande figura, Marcelo Puppi e seus companheiros que vieram a esta Casa. É nosso dever, nossa responsabilidade apoiar este movimento encetado por V. Exa. e por outras lideranças de Campo Largo, em prol do emprego dessa gente, no sentido de que Campo Largo

possa continuar permeando o caminho do desenvolvimento.

Parabéns!

O SR. MARCELO PUPPI

Obrigado, Deputado Antonio Belinati. Com o aparte que ele faz acho que as minhas palavras foram compreendidas.

Muito obrigado, Deputado Tadeu Veneri, que foi o autor do requerimento que nos permitiu estar aqui. A gratidão da cidade de Campo Largo.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Só para registrar que o nosso amigo Marcelo tem o apoio do DEM, dos Democratas. A causa de Campo Largo, da Câmara de Vereadores, é a nossa causa também. Conte conosco!

O SR. MARCELO PUPPI

Muito obrigado, Deputado Plauto! Muito obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A segunda oradora inscrita é a representante dos empregados demitidos da TMT, Sra. Joseane Bastos.

Sra. Joseane Bastos - Representante dos Funcionários Demitidos da TMT

A SRA. JOSEANE BASTOS

Boa-tarde a todos os Deputados e a todas as pessoas que estão aqui presentes!

Eu, como uma demitida da fábrica TMT, estou aqui representando todas as pessoas que estão à procura de um emprego e revoltadas com tudo que está acontecendo. Acho que é um sentimento muito grande porque era uma empresa muito sólida. Há 4 anos eu trabalhava lá e era uma empresa que tinha uma determinação, muitos motores para montar e, de repente, eles chegam e querem fechar a empresa. Deram férias coletivas de 20 dias e todo mundo ficou revoltado. Aí recebemos em casa uma carta de demissão avisando a todos que comparecessem e que ia ser fechada a empresa.

Para a cidade de Campo Largo isso é um caos, porque era uma empresa de 900 funcionários. É um problema sério. Gostaria da conscientização de vocês para colocarem outra empresa no lugar ou mesmo não deixarem fechar. Eles nos pediram o prazo de um mês para a empresa retornar e esse prazo está se esgotando.

Juntamente com meus amigos trabalhadores, eu estou, aqui, em luta por isso. Acho que vale a pena lutar por um emprego, porque são várias pessoas desempregadas e todos precisam trabalhar para o sustento. Gostaria de vocês uma moção para a presidência da TMT para retornar o mais rápido possível à produ-

ção, porque pedidos havia, e bastante; uma moção, também, para a Presidência da República para que enviasse esforços para garantir esses postos de trabalho e que o Ministério do Trabalho atenda uma comissão de operários e da comunidade para discutir a situação da TMT. Gostaríamos, também, que a Assembleia Legislativa agendasse uma audiência com o Governador Requião, porque gostaríamos de buscar uma solução para esse problema, porque são muitos desempregados.

O que vai acontecer com Campo Largo?

Há 5 anos foi a Chrysler que fechou e, agora, a TMT está sendo fechada também. São muitos desempregados.

Agradeço e espero que vocês lutem por nós. Tenho certeza que nós, trabalhadores, e o povo de Campo Largo vamos ficar muito gratos com tudo isso.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, o Presidente da Força Sindical vai fazer uso da palavra, mas gostaria que nós, aqui na Assembleia, apesar do pedido ser feito a V. Exa., mas tomo a liberdade de solicitar que a Assembleia já atenda o pedido da Joseane para que façamos uma moção, solicitando tanto o empenho da Presidência da República como do Ministério do Trabalho e, também, possamos agendar uma reunião com o Secretário do Trabalho, Deputado Nelson Garcia, para ouvir e tentar encontrar, como já foi dito pelo Vereador Puppi uma alternativa para esses 2 mil trabalhadores.

Obviamente que V. Exa. definirá positivamente e ficamos no aguardo.

Consultaria o Líder do Governo se é possível, Deputado Romanelli, que na seqüência desse horário do Grande Expediente, possamos também conversar com esses trabalhadores, vermos a possibilidade de serem recebidos pelo Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Próximo orador inscrito, representante do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Sr. Nelson Silva de Souza.

Sr. Nelson Silva de Souza - Representante do Sindicato dos Metalúrgicos

O SR. NELSON SILVA DE SOUZA

Boa-tarde a todos os Deputados aqui presentes.

Queremos iniciar a palavra em nome da Força Sindical do Paraná, do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, agradecendo esse espaço que estão abrindo para ouvir os trabalhadores. E queremos agradecer o Deputado Anibelli, o Deputado Romanelli e o

Deputado Zucchi também, e todos os Deputados pela maneira como trataram a situação da TMT, não só hoje.

Quando, em novembro, ficamos sabendo dessa negociação extrajudicial que é a primeira no Brasil, acompanhamos e o que chamou a atenção é que a imprensa, principalmente de Campo Largo, não divulgou o que estava acontecendo. Ficamos sabendo e quem divulgou foi o Indústria e Comércio, somente.

A situação da TMT começou em novembro do ano passado. Tínhamos a possibilidade de uma negociação extraordinária que é extrajudicial. A empresa, que tem um débito de 180 milhões com 5 bancos aqui do Paraná, onde 3 bancos aceitaram negociar a dívida e 2 bancos não aceitaram, e de repente, por um motivo ou outro, o Juiz defere numa canetada - o que estava no lugar não assinou no final do ano. Quando o outro entrou, substituto, assinou contra a negociação. Em nenhum momento pediu para ouvir os trabalhadores. Somente deu a canetada, preocupado com o capital. Isso demonstra a maneira que foi negociado. A partir daí começou a nossa batalha, pedindo audiência com o Governador e ele recebeu os trabalhadores, a liderança sindical, e com isso conseguimos fazer com que voltasse atrás e voltasse a discutir onde o Juiz deferiu em favor dos trabalhadores.

Se fosse somente por causa da definição para a não negociação, a TMT não estaria fechada, porque o Juiz voltou atrás e permitiu a negociação.

Mas para a nossa surpresa, quando a nossa assessoria foi atrás, a TMT que é americana, estava com uma crise mundial e ela fechou não somente a planta aqui em Campo Largo, está fechando 3 plantas no país, e uma delas - é claro que pode ter sido agravada com essa definição judicial - foi a TMT.

Entendo que os Deputados têm um papel essencial, tanto a nível estadual como federal, com essa dita globalização, com essa abertura do capital estrangeiro dentro do nosso país, ou talvez nós não entendemos quando o governo, muitas vezes, abre o dito emprego, dá isenção para as empresas, dá o terreno sem nenhum compromisso da contrapartida social. E isso nos preocupa.

Eu pediria aqui, Romanelli, para que a Assembleia Legislativa fizesse esse documento. Não basta apenas vir aqui, temos que lutar para que venha gerar empregabilidade, para que tenhamos uma forma de repor esses postos de trabalho em Campo Largo e no Paraná como um todo. Não basta irmos viajar para o Japão, para a China, para os Estados Unidos, para trazer multinacional para cá. Quem gera emprego não é a montadora, é o parque industrial - e estamos aqui sendo enganados quando trazemos para cá as montadoras para sermos uns colocadores de peças - mas, onde gera o emprego é onde fazem os parafusos, as arruelas, as porcas. Vai vir para cá? Vai. Mas, tem que ter a contrapartida.

O que queremos dizer é que podemos estar marcando a reunião com o Governador, que com certeza já demonstrou para a Força Sindical e para os trabajado-

res que está do lado dos trabalhadores, mas podemos deixar claro, sem medo de errar, no nosso ponto de vista a TMT, da maneira como ela foi, não volta para Campo Largo.

Agora, é claro que tem várias sondagens da imprensa, tem divulgação diversa, pode vir a Toyota, ou outra, mas gostaríamos, diante de qualquer empresa, porque ali onde saiu a TMT agora, saiu a Chrysler recentemente. E uma Chrysler que vem de São Paulo, deve ter fechado lá e aqui, não estamos discutindo!

Então, o que a Força Sindical quer discutir com os Deputados, e pede uma certa urgência, é para que possamos fazer um documento, sim, para falarmos com o Governador para haver mais empresas no Paraná, para trazer empresas para o nosso Paraná, se tem que vir, sair de algum país para vir para o Brasil...

Então, pessoal, eu quero só agradecer aos Deputados, parabenizar os Vereadores de Campo Largo que estão presentes aqui e que vieram contemplar, e o Deputado Tadeu Veneri que esteve conosco no ato do fechamento, dizer que ficamos agradecidos e dizer que estamos à disposição e que com certeza as montadoras e os empregos são importantes, mas vamos começar a pensar na questão social, e no que fica depois. Quando se traz uma empresa multinacional para o Paraná, se divulga também que vai ter emprego, e daí, vêm pessoas de outros estados para cá e a empresa fica 1 ano, 2 anos, vai embora e deixa o Paraná com toda essa situação de desemprego.

Então, queremos agradecer à Casa por abrir espaço e pedir para vocês também: vamos tentar, mais rápido possível, fazer esse documento que dê garantias para os trabalhadores, não no ato da implantação, mas depois, quanto tempo ela vai ficar.

Veja bem, só um fato que chama a atenção: a TMT Motoco deveria estar, com um ano produzindo, empregando mil e 600 trabalhadores, e com 4 anos só tinha 670 trabalhadores. Algo estava errado. Então, tem que ter uma comissão para acompanhar essas empresas no Paraná.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Sr. Presidente, em nome da nossa bancada, eu queria aqui manifestar, nesta oportunidade, ao Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, o Nelson, que exerce há muitos anos um papel extremamente importante na luta pelo emprego, e especialmente aos companheiros da TMT de Campo Largo: eu ouvi aqui o relato. Campo Largo é um município que tem uma base industrial extraordinária e tem sofrido, de fato, esses impactos extremamente nefastos, por conta, é claro, até das políticas de atração de empresas que nós temos.

Outro dia eu discuti aqui que temos que modificar mesmo, temos que ampliar a garantia do emprego em relação à política industrial que o estado do Paraná dispõe, porque o compromisso de geração de emprego tem

que estar muito vinculado à concessão do benefício fiscal para a empresa.

E certamente estamos vivendo, Sr. Presidente, um momento que é extremamente dramático à medida em que essa empresa por conta, é claro, desse processo da globalização, nós verificamos que as empresas muitas vezes se desestruturam mundialmente e o preço é pago pelo trabalhador do nosso estado, no caso o trabalhador campo-larguense, em função da excelência da mão-de-obra que temos e das condições que o nosso estado dispõe.

Então, fica aqui, Nelson, e a todos os trabalhadores que aqui vieram nesta tarde, a nossa manifestação de solidariedade e de apoio, de compromisso de lutar por essa causa e fazer o que for possível. Eu sei que o Governador Requião já está fazendo um grande esforço para poder, de fato, preservar os empregos, de criar, de fato, condições de vida melhor para as pessoas, mas, quero aqui, não poderia deixar de manifestar, em nome da minha bancada, o nosso total apoio à luta da TMT e também, é claro, à luta que o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba e da Força Sindical têm realizado em favor do emprego e do trabalho em nossa região e em nosso estado.

O SR. NELSON SILVA DE SOUZA

Só para eu encerrar, gostaria de lembrar aos Deputados que Campo Largo tem um pouco mais de 70 mil eleitores, mas tem mais habitantes, tem que fazer um censo lá, tem mais do que parece. E gostaríamos de pedir que os Deputados, junto ao Governador, dessem uma certa prioridade para tentar verificar uma forma de levar outras empresas para lá, para tentar repor essa mão-de-obra, que agora em excesso está lá, para garantia.

Agradecer ao nosso Diretor que trabalhou tanto, nosso Diretor que está lá em cima nesse processo, e dizer que pedimos para que os senhores tentem fazer empenho para que possamos levar outras indústrias para Campo Largo, para garantir a qualidade de vida para esses pais de família que hoje estão qualificados e dependem disto para sobreviver.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra ainda, no Grande Expediente, o representante da comunidade, Sr. Paulo Ferreira.

Sr. Paulo Ferreira - Representante da Comunidade de Campo Largo

O SR. PAULO FERREIRA

Boa-tarde, Srs. Deputados. Agradeço a oportunidade de me manifestar, representando a população de Campo Largo.

Queria que os Srs. Deputados prestassem bem atenção no que vou dizer porque é um assunto bem grave o que está acontecendo com a nossa cidade, e isto não é de hoje. Todo mundo fala da preocupação que se tem

com os empregos de hoje, das pessoas que foram demitidas, mas também tem o problema de se manter os empregos já existentes. Na minha categoria, por exemplo, existiam 4 mil e 500 funcionários há 5 anos atrás e hoje nós temos 800 funcionários na indústria de cerâmica para a construção. E cada vez os empregos estão diminuindo mais.

Campo Largo era conhecida antigamente por Cidade da Louça e hoje não é mais, porque estão desaparecendo as empresas, as empresas estão fechando. Chegou a hora de fazermos alguma coisa, porque senão, daqui a pouco seremos somente uma cidade dormitório.

Eu pediria o apoio dos Srs. Deputados que nos ajudassem nesta causa, que levassem ao nosso Governador o nosso sentimento, o nosso protesto, o nosso pedido de ajuda, que vestissem a nossa camisa, a camisa da nossa causa. O problema é grave. Acho que seria de suma importância que todos os Deputados nos apoiassem neste sentido.

Então, peço encarecidamente a todos os Deputados: nos ajudem, por favor. O meu tempo é curto, mas eu peço o apoio de todos, encarecidamente.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças, o PMDB. Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos o Presidente da Câmara de Campo Largo, ouvimos o Líder da Força Sindical, as pessoas, a comunidade desse município, em relação àquela empresa que fechou suas portas em Campo Largo.

Essa empresa veio àquele município há questão de uns 5, 6 anos. Lógico, me parece que essa empresa, Sr. Presidente, deve ter recebido alguns incentivos por parte do Governo do Estado, acho que ainda na época do governo Jaime Lerner, e toda empresa que recebe incentivos, existe um protocolo que foi assinado entre as empresas e o Governo do Estado. Eu pergunto: será que houve um acompanhamento por parte do governo em relação a essa empresa, se ela tem cumprido as cláusulas contratuais? Eu até gostaria depois de conversar com os representantes daquele município, se não me falha a memória, Deputado Waldyr Pugliesi, Deputado Nelson Justus, que hoje é o Presidente da Casa, acho que ele foi Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná quando esta empresa veio se estabelecer no município de Campo Largo.

Poderia, Deputados, talvez a Assembléia Legislativa fazer uma comissão de alguns Parlamentares e, de repente, até a visita do próprio Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, para ver o que efetivamente tem acontecido no município de Campo Largo em relação a

esta empresa. Será que houve cumprimento ou não? Parece-me que houve uma decisão da justiça, não estou a par dessa situação. Parece que houve uma decisão judicial em relação a essa questão.

Então, nada mais justo, já que a comunidade veio aqui à Assembléia Legislativa para que pudéssemos acompanhar de perto, encabeçada pelo nosso Líder maior que é o Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, que é sabedor, que foi Secretário da Indústria e Comércio, quando essa empresa veio para o estado do Paraná e ver se o Governo do Estado e a empresa cumpriram efetivamente as cláusulas que estavam dispostas, quando se fez o protocolo de intenções e se a empresa tem recebido os benefícios. Se a empresa deixou de cumprir, houve uma decisão da Justiça que veio em prejuízo da empresa. O que não podemos deixar é que os funcionários venham a perder seus empregos e não venhamos a fazer nada e nem o Governo do Estado.

É neste momento que temos que ter toda cautela, sem dizer que sou Oposição ou que sou Governo. São os empregos do Paraná que precisamos. Precisamos fomentar a economia do nosso estado e só podemos alavancar a economia quando existe o interesse comum de todas as facções partidárias, de todos os segmentos da sociedade.

É essa a colocação que eu gostaria de fazer. Parabéns aos representantes de Campo Largo que vieram aqui à Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Realmente o que está acontecendo no Brasil merece uma reflexão um pouco maior do que está acontecendo neste momento em Campo Largo.

Perguntei ainda há pouco para nosso amigo Nelson, dirigente sindical, sobre a possibilidade desta empresa também estar se movimentando para se instalar na China. Li um artigo, muito bem elaborado pelo redator Nelson Kürsh da revista Veja e de outras, como a IstoÉ, a Exame, e quero montar, a partir de hoje, um relatório dos últimos 2 anos do que está acontecendo com o Brasil. Não o Brasil que temos da área da agricultura, movimentando milhões de brasileiros, tendo condições de empregabilidade, quando sobre a soja, sobre o milho, quando temos essa imensidão de terras produtivas, mas sim, o Brasil da planta de fábrica, onde desde o botão desse seu belo blazer, Deputada Beti, até os seus óculos, o tecido que está sendo usado para confeccionar a sua roupa, ou o próprio rolamento dessas cadeiras que estamos sentados. Fizemos uma

lista de mais de mil e 500 itens que exclusivamente estão sendo importados da China.

Estive em Porto Alegre há cerca de 30 dias atrás, conversando com ex-empregados da Samelo Calçados. Só na Samelo, tivemos 3 mil desempregados diretos e indiretos. A Grendene ainda não saiu do Rio Grande do Sul, mas a sua produção também está caminhando para a China. As Havaianas, as nossa famosas Havaianas, sandálias brasileiras que fizeram, em parceria com a Alpargatas, uma mudança na produção para China.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e pela sua preocupação com relação a esse assunto, até porque sou conhecedor profundo e vivo na carne essa situação. Sou industrial do ramo de confecções e sei o quanto está sendo difícil enfrentar o rolo compressor dos chineses aqui no Brasil, que, infelizmente, encontraram as portas abertas deste país, não apenas para o ramo têxtil, e V. Exa. muito bem tem colocado e eu ouvia um pronunciamento, há algum tempo atrás, do ex-Governador do Rio Grande do Sul, o Brito, onde ele afirmava que os grandes barracões industriais, aqui no Brasil, belos e bonitos, iriam ficar aqui no Brasil e os empregos na China. E é exatamente isso que está acontecendo.

Quero fazer um apelo a V. Exa. e ao Líder do Governo que aqui não está, ao Líder do PMDB, nós encaminhamos um projeto nesta Casa e o Relator desse projeto é o Deputado Reni, já recebemos por parte do Secretário da Fazenda a manifestação contrária. Trouxemos esse projeto à Casa até porque conhecemos projeto idêntico no Rio de Janeiro e no estado de Minas, onde os governos de lá, preocupados em salvaguardar as indústrias dos seus estados, concederam um incentivo diferenciado no ICMS no estado com o objetivo da proteção do emprego e da indústria.

Portanto, Deputado Kielse, se V. Exa. que vota com o governo quiser nos ajudar nesta empreitada, não para atender interesse do Deputado Traiano, por ser empresário, mas de um segmento que gera milhares de empregos no Paraná e que hoje está sofrendo o massacre dos chineses - é realmente uma afronta o que está acontecendo neste país, é desumano. A carga tributária na China é a menor possível, temos lá ainda o serviço escravo, porque o salário-mínimo é uma miséria. Em contrapartida, a penalização aqui no Brasil para quem produz e para quem gera emprego é de toda ordem.

Por isso, cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento e gostaria de convidá-lo a se somar. Já se manifestou o Secretário da Fazenda contrariamente, temos que achar uma forma que possa contemplar. Tenho certeza que este é o estilo do projeto, este é o estilo do benefício

que o Governador gosta de conceder. Já concedeu para a carne, para o pagamento de tributos do estado com precatórios e tantos outros que não geram empregos, poderá também atender esse segmento que está sofrendo neste momento.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Agradeço a sua colocação, mas estamos acompanhando um processo que talvez não dependa apenas da Assembléia. Podemos, com certeza, modificar e ampliar a possibilidade de uma tributação especial para produtos chineses, porque a matéria que quero colocar em pauta é a China contra o Brasil.

Não existe ramo fabril, independente qual seja, inclusive um que me deixou muito triste, Deputado Douglas, de pequenos bonecos que custavam centavos, e que mesmos estes que davam muita mão-de-obra, aqui, estão sendo importados da China. Produtos eletroeletrônicos, duvido um Parlamentar que não tenha um produto desse oriundo da China. Fiz um comparativo de um aparelho de som, desses 3 em 1, esses que vem o CD, o rádio e o toca-fita, se ainda existir, custa na China R\$ 30, entregues aqui. O mesmo aparelho é revendido por R\$ 150. Manaus está tendo o caos chinês. O Paraná está tendo esse rolo compressor de uma maneira assustadora. E o exemplo que estamos vendo da fábrica de Campo Largo será reproduzido permanentemente se não montarmos uma legislação especial.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Agradeço por me conceder o aparte. Parablenizo V. Exa. pelo importante tema que traz a esta Casa.

Ontem ouvimos o Deputado Belinati e ele falava com muita propriedade dos lucros que os bancos estão tendo neste país, no governo passado do Fernando Henrique e agora também no governo Lula. A cada ano aumentam os lucros. Em 3 meses desse governo, os bancos, se somarem os lucros, vai dar mais do que o orçamento do Paraná inteiro para 1 ano. O que precisa e é importante que os Deputados se mobilizem, que toda a sociedade se mobilize, é que a política econômica do Brasil volte a valorizar o processo produtivo, para que os empresários, as pessoas que produzem os empregos - hoje, vimos aqui o Vereador de Campo Largo falando sobre o desemprego que aconteceu, um caso, especificamente citando, um banco também que está requerendo lá as suas dívidas, os seus direitos e penalizando o processo produtivo - então, precisa que os governos fiquem atentos, há o desenvolvimento do processo produtivo, para trazer mais renda para as pessoas, mais dinheiro. Os outros países criam lá as suas barreiras e isso impede que o nosso país avance no item exportação. A nossa política econômica tem que começar a pensar nisso para proteger os trabalhadores aqui do Brasil e em especial do Paraná.

Parabéns ao tema que V. Exa. levanta nesta tarde, aqui na Assembléia.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, queria até fazer um convite - agradecendo o aparte do Deputado Douglas - ao meu amigo Nelsão, para que junto com as demais forças sindicais fossem analisar o critério que a China adota com seus funcionários, com seus empregados. A média salarial da China, a média para os empregados de base de fábrica, está na faixa de 50 dólares por mês.

Em paralelo o Japão, que era o monstro voraz do mundo passou a 500 dólares por mês, porque os sindicatos se organizaram, as empresas atualizaram os direitos dos trabalhadores, como aqui no nosso país, mas na China, infelizmente, pelo número de habitantes que tem, a dificuldade de empregos que tem, a questão trabalhista é regulada por regras comunistas, regras estritamente radicais, que quem quiser emprego tem que se submeter à cesta de alimentos e o salário que talvez possa dar manutenção básica à sua própria vida.

Se não fizermos algo de imediato, fazendo realmente uma reflexão com o governo federal, que abriu precedentes para exportação de muitos produtos brasileiros - tudo bem, é necessário, por que lá eles têm fome - mas os seus produtos devem neste período, deste ano de 2007 e 2008 acabar com quase 10% da mão-de-obra industrial do país. Isso é um cálculo real em 1.500 produtos que estão sendo importados, cada vez em maior volume.

Temos uma lista impressionante de medicamentos, que eram produzidos em fundo de quintal, em fabriquetas aqui no Brasil. Até grandes máquinas que estão vindo da China, com o preço, com certeza, muito aquém do que poderíamos produzir, porque aqui temos impostos de todos os lados, uma base tributária, numa média de 50% do valor do produto e importamos, mesmo tendo que pagar o valor da importação, ainda com o preço, numa média de 50% mais barato do que podemos produzir aqui no nosso país. Ou nós radicalizamos isso, ou muitos dos parentes dos senhores, dos meus parentes, dos meus irmãos paranaenses, que estão ainda nas plantas de fábrica, logo terão o mesmo fim, infelizmente, Deputado Anibelli, que os nossos irmãos de Campo Largo.

Não adianta apenas mudar o tributo, diminuir o imposto do brasileiro, temos que aumentar a tributação para os produtos que vêm da China. Esse mercado globalizado pode ser feito, mas com as mesmas regras sociais, tributárias, mas principalmente buscando a realidade de cada país.

O Sr. Reni Pereira (Aparte)

Tendo em vista a aquiescência da presidência, quero cumprimentá-lo pela visão que está tendo do desenvolvimento do estado do Paraná e dizer que muitas vezes esta Casa se sente engessada em contribuir. Eu sou Relator de um projeto do Deputado Ademar Traiano e já faz alguns meses que estamos tentando encontrar uma maneira de tornar funcional, tendo em

vista o vício de iniciativa, porque o Deputado Ademar Traiano está tentando salvar milhares de empregos da indústria têxtil do Paraná que estão tendo não só a concorrência dos produtos chineses, como a concorrência de outros estados que praticamente zeraram o ICMS em cima da indústria têxtil.

Já pedimos para que avaliasse o número de desemprego, mas infelizmente a Secretaria da Fazenda, através de seus técnicos, falaram que não podem, que depende de convênio, só que outros estados já reduziram. A única brecha que encontramos, na legislatura passada era uma lei chamada Lei Anibal Khury, que dizia que quando a economia do estado do Paraná estiver sob perigo, em virtude da legislação, concedendo benefícios em outros estados, o estado do Paraná também pode adotar outras medidas.

Só que infelizmente os projetos que temos relatado com base nessa Lei Anibal Khury, a grande maioria tem sido vetada e volta para esta Casa e ficamos algemados, sem poder defender o interesse dos paranaenses que é o emprego acima de tudo.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Eu não só quero a cópia do projeto do meu amigo Deputado Traiano, mas me ponho como Vice-Líder da Bancada do Governo, para colaborar, buscar informações e vamos fazer como o Deputado Anibal fazia quando citava uma frase e eu repetia em latim: "A lei não protege aos que dormem". E podem ter certeza, não vamos deixar o governo adoecer ou dormir num momento difícil como este. Contem comigo, e podem ter certeza, com toda a Bancada do Governo.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Quero agradecer a nobre Vereadora Tereza da Latiha, que está aqui conosco, do PPS de Campo Largo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vinda a nobre Vereadora.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)

Queria registrar também a presença dos Vereadores de Assis Chateaubriand: Presidente da Câmara, José Carlos Alves da Rocha; Vereador Donizete da Silva Borges e o Vereador José Kulkamp.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos os nobres Vereadores!

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Antes de falar do assunto que me traz a esta tribuna no dia de hoje, quero dizer que é o dia perfeito para o assunto que vou tratar. Queria fazer um comentário a respeito da “escolinha” de ontem. Na “escolinha” do Governador Requião ontem, o Governador disse por várias vezes, além de chamar o Jaime Lerner de ladrão, que isso já é normal, passou a “escolinha” inteira chamando o Lerner de quadrilheiro, mas isso é o Requião que fala. Ele disse na “escolinha” que dedicou uma boa parte da “escolinha” aos Deputados todos, dizendo que não aceita pressão de Deputado, que o governo é técnico e não é político, que não tem indicação política, não tem mando político, quem manda nos cargos é ele, quem indica é ele, e não vai mexer nos cargos.

Quero dizer ao eminente Governador que ajudei a eleger, que concordo plenamente com ele. Não indiquei nenhum cargo, não estou indicando.

Agora, seria importante que ele mantivesse os cargos técnicos, tirasse os incompetentes do governo que atrapalham o seu governo e mancham a biografia da sua vida na questão da corrupção.

E queria dizer ao nosso Governador que eu não vou indicar ninguém para o seu governo. Já fiz as indicações, com muito orgulho. Já indiquei, na eleição passada, o número 15 para todos os meus eleitores. Eu fiz a indicação. Está feita a indicação e era esta a indicação que o governo gostava, no período da eleição. Eu fiz com muito prazer esta indicação e acho que ela ainda está de pé, apesar de agora o Governador achar que político não serve para nada, a não ser para receber um onibusinho de plástico, lá na “escolinha”. Aliás, sobre este tema, no meu pronunciamento de hoje, no requerimento de ontem, vamos votar hoje, está na Ordem do Dia, adiado um requerimento meu, solicitando um voto de aplauso ou voto de congratulações ao PPS, pelo partido comparecer à “escolinha” e em nome do seu partido receber lá o ônibus, como prêmio pelo comparecimento à “escolinha”.

Mas, Sr. Presidente, o que eu vim tratar hoje, aqui, é sobre esta tristeza que estamos vendo em Campo Largo. Estamos vendo, aqui, o povo de Campo Largo a reclamar. Estamos vendo aqui líderes, estamos vendo políticos, trabalhadores, desempregados, reclamar da falta de emprego que estão tendo, porque uma fábrica fechou em Campo Largo e gerou desemprego de aproximadamente 2 mil pessoas.

E como isto acontece? Acontece por atitudes irresponsáveis como esta que está nos jornais, hoje: *governo ameaça proibir a venda de embalagens da Tetra Pak*. Está nos jornais do Paraná de hoje. Um promotor, metido a reformador do mundo, e alguém deste governo que deve estar bem empregado, quer tirar o trabalho dos também mais de mil empregados da Tetra Pak de Ponta Grossa. Ameaça a maior empresa da cidade de Ponta Grossa. Ameaça a terceira maior arrecadadora de impostos deste Paraná. Governo não foi feito para ameaçar, governo tem que proteger, tem que

proteger o desempregado. Governo que reza a Carta de Puebla não pode ameaçar uma empresa que é a terceira arrecadadora de impostos do Paraná, que tem mais de mil empregados diretos e indiretos, uma empresa que dá qualidade de vida ao mundo, ao Paraná e ao Brasil, quando coloca as embalagens de leite longa vida, que permite com que os consumidores deste Paraná e deste país possam consumir leite num local ideal, numa embalagem correta.

A Tetra Pak não é poluidora, a Tetra Pak é geradora de dignidade social, geradora de antiviolença, geradora de antidroga, gera dignidade social, gera emprego.

Não podemos passar pelo que Campo Largo está passando hoje, Srs. Deputados. O governo ameaçar uma empresa que com seu segmento gera, no mínimo, 5 mil empregos da região de Ponta Grossa. A Klabin está fazendo uma grande ampliação, uma das maiores de sua história, e a Klabin tem a ver com a Tetra Pak também, porque a Klabin fornece produtos para a Tetra Pak, matéria-prima para a Tetra Pak.

Por isso, Sr. Presidente, V. Exa. que nos ajudou levar a Tetra Park para Ponta Grossa, não podemos nos calar quando falamos em geração de empregos e vemos alguém ameaçar o emprego do nosso povo de Ponta Grossa e dos campos gerais. Ameaçar arrecadação de impostos, que possibilita à prefeitura de Ponta Grossa o aumento das suas condições de não endividamento do município de fazer obras sociais como estão sendo feitas, hoje, em Ponta Grossa, desde asfalto, verbas sociais e mais geração de empregos por trás dessa fábrica.

Não posso aceitar essa ameaça do governo. Governo que reza a Carta de Puebla não pode ameaçar a dignidade do povo pobre, do povo operário, do povo que trabalha. Não foi para isso que elegemos o Governador Requião, não foi para ameaçar uma empresa que elegemos um governo. Se a empresa comete algum erro, até na parte ambiental, que se execute a empresa, mas não ameaçar fechar o maior patrimônio do Paraná, hoje, que é a Tetra Pak, um grupo de empresários que vieram para trazer dignidade social para muitos jovens de Ponta Grossa.

Não posso aceitar isso, Sr. Presidente. Quero dizer a esse Promotor que está a dizer algo contra a nossa cidade, como outros já fizeram, que ele tenha coragem de ameaçar o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Palácio Iguaçu, a Assembléia Legislativa, o Centro Cívico, porque, segundo o Deputado Cheida anunciou aqui, tudo que sai desses Poderes vai ali para o Rio Belém. Isso sim é poluir o meio ambiente. Isso ele não tem coragem de ameaçar porque está o Tribunal de Justiça, a Assembléia, o Palácio Iguaçu. Por que não ameaça os Poderes que jogam os produtos, aqui, num rio que está acabado, que não é mais um rio? Agora, vai ameaçar uma empresa que gera dignidade social?

Srs. assessores do Governador, Srs. assessores desse Promotor: ameacem os Poderes, não o povo! Ameacem fechar esta Casa! Ameacem fechar o Poder Judiciário! Vamos ver se tem peito para fazer isso! Vê se tem peito para fechar o Palácio Iguaçu! Interdite o Palácio Iguaçu! Vamos ver!

Segundo o Deputado Cheida falou, tudo que sai daqui, que eu não vou falar aquele palavrão, estou louco para falar, mas não vou falar até por respeito a todo mundo, mas tudo que sai daqui, dali, de lá, vai ali para o tratamento do Rio Belém. Que tratamento que nada! Vai para o rio que não é mais rio! Aí não se tem coragem de fechar ou ameaçar! Então, que ameace os Poderes, mas não ameace a dignidade do povo que são os empregos, porque senão daqui a alguns dias vai vir a delegação de Ponta Grossa - e nós somos corajosos - nós viremos a pé, como já viemos outra vez, e aqui está o ex-Vereador Leopoldo, que caminhamos pela saúde, já viemos a cavalo e se precisar damos um jeito de vir de outro jeito, também, para fazer confusão aqui.

Agora, quero deixar este recado: quem ameaça é porque não cumpre com a sua palavra! Carta de Puebla não é só da boca para fora! Carta de Puebla é dignidade social, é trabalho! Quando um pai de família trabalha, ele é digno e não podemos acabar com os empregos. Por isso, Sr. Presidente, encerro pedindo ao governo: não ameace Ponta Grossa, não ameace os trabalhadores, porque quem reza a Carta de Puebla não pode ameaçar trabalhadores!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. BATISTA (PMN)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Vereador João Lara, da cidade de Sarandi. É Vice-Presidente daquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo Vereador João Lara!

PSDB. Com a palavra o Sr. Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A tarde de hoje realmente está esplêndida e importante para a reflexão.

Ouvi, aqui, o pronunciamento do Deputado Kielse e agora acabo de ouvir o brilhante pronunciamento do Deputado Jocelito, preocupado com a sua cidade e começo a pensar, Presidente Nelson Justus: Ai que saudades do governo Jaime Lerner; que saudades do Secretário da Indústria e Comércio Nelson Justus, que semeou neste Paraná a riqueza através do advento da vinda das

grandes indústrias para este estado, mudando o perfil e a cara da economia do Paraná.

E o que ouço agora, com muita preocupação, é um muro de lamentações, de preocupações dos Srs. Parlamentares com relação à ação e atitude do Governador Roberto Requião. Além de não trazer para o estado absolutamente nada, além de não inovar, Deputado Luiz Carlos Martins, além de não criar empregos a não ser aqueles, Deputado Rossoni, anunciados aos 4 cantos deste Estado, da tribuna aqui quando veio, quando Governador, e que anunciava que o Paraná crescia em 300, 400, 500 mil empregos. Mas, empregos apenas da boca para fora, porque empregos reais não estamos vendo, nem presenciando. A não ser, presenciar uma quebradeira geral, uma debandada geral do Paraná, de industriais, de empresas fechando pela falta de atenção e acima de tudo de apoio e medidas que possam sanear aqueles que neste momento estão gerando emprego neste estado.

Nos preocupa, sim. Dizia há pouco ao Deputado Kielse, e que teve a grandeza de dizer que como Vice-Líder do Governo Roberto Requião, vai encampar conosco e com o Deputado Reni a idéia de trabalharmos este projeto que beneficia milhares de empregos no interior do Paraná, no ramo têxtil desse estado que sofre as consequências drásticas em função do produto chinês.

Mas, Deputado Nelson Justus, V. Exa. foi Secretário da Indústria e Comércio. Não é apenas o ramo têxtil, é também o ramo de informática, enfim de todos os demais segmentos que sofrem na carne esse massacre chinês aqui no estado e no Brasil. E, lamentavelmente, não vejo ações nem por parte do governo do Paraná nem por parte do governo federal no sentido de proteger os empresários brasileiros e paranaenses.

É chegando o momento de levantarmos as nossas vozes aqui neste Parlamento. Nós que representamos os segmentos produtivos, sociais, enfim, todos os segmentos do Paraná aqui nesta Casa, é chegando o momento de levantarmos as nossas vozes e fazer delas um coro único em defesa do Paraná e do nosso país.

Quero manifestar aqui o meu apreço ao pronunciamento do Deputado Kielse e espero a sensibilidade dos Srs. Parlamentares do governo, daqueles que acompanham as votações do governo aqui neste Parlamento, que despidos de qualquer sentimento de amor e de paixão pelo Governador Roberto Requião, possam ter a compreensão de que o Paraná é muito maior que a pretensão e ordem pessoal do Sr. Governador deste estado. Possam ter a grandeza de compreender que o mandato não nos pertence, mas sim pertence ao Paraná como um todo, àqueles que constroem a riqueza e a grandeza deste estado.

É esse apelo e pedido que gostaríamos de fazer aos Srs. Parlamentares, no sentido de somarmos forças para construirmos algo, um projeto que possa contemplar, enfim, segmentos produtivos deste estado que neste

momento sofrem com a presença do produto chinês aqui no estado do Paraná.

Medidas no estado do Rio de Janeiro, já disse eu, no estado de Minas, medidas saneadoras no sentido da proteção das empresas daqueles estados foram tomadas pelos governos e eu espero que o governo do Paraná também tenha a grandeza de compreender que os paranaenses não são nada diferentes, os empresários daqui com relação aos empresários dos outros estados, que possa tomar medidas saneadoras no sentido de proteger o emprego neste estado.

Mas quero também, não apenas fazer aqui críticas ao governo, porque o Parlamentar tem que ter a grandeza, e também saber compreender quando o governo se rende, quando o governo se curva às ações dos Srs. Parlamentares que aqui estão, não apenas para fazer discursos, mas acima de tudo para exercer o papel preponderante e fundamental que a Constituição lhes atribui, com todas as prerrogativas possíveis: exercer o papel de fiscalização.

E como tal, alguns dias atrás trouxe aqui nesta tribuna a informação de que o governo deixava de cumprir preceitos constitucionais com relação a Lei de Diretrizes do Estado do Paraná. Levantamos aqui o questionamento e de pronto a nossa Presidente da Comissão de Orçamento e o Deputado Nereu Moura entraram em contato com o governo, com os técnicos do governo e para a nossa alegria, Deputada Beti, tenho já a informação de que o governo acaba de trazer a esta Casa o plano de metas a serem cumpridas no ano de 2008.

Portanto, é oportuno fazermos aqui esta consideração e quero crer que este é o nosso papel. O Parlamento estadual não pode ficar acéfalo, calado diante de fatos relevantes que possam, no curso do tempo, no exercício financeiro do ano que vem, criar problemas para a sociedade paranaense.

Portanto, quero parabenizar V. Exa. pela ação e ao próprio Deputado Nereu Moura que entrevistou junto aos técnicos e fez com que compreendessem da necessidade, porque num primeiro momento estavam resistindo, mas felizmente venceu aquilo que é predominante, com certeza, no contexto deste Parlamento, que a lei prevaleceu, as Constituições Estadual e Federal que estabelecem obrigações para que o governo, no momento que encaminhe para esta Casa a Lei de Diretrizes, encaminhe juntamente no corpo e no bojo da lei o plano de metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte.

Por isto, faço esta consideração, dizer aqui aos senhores que agradecemos a rápida intervenção dos Srs. Parlamentares e, acima de tudo, a deferência especial da Presidente da Comissão de Orçamento que, de pronto, dilatou o prazo e se necessário for, para que os Srs. Deputados apresentem emendas, com certeza, terá a grandeza de, novamente, dilatar este prazo para que todos nós possamos dar a nossa contribuição e fazer a intervenção

devida e necessária para enriquecermos a Lei de Diretrizes do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário do PT, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna e gostaria de inicialmente já agradecer aos Deputados que assinaram a criação da Frente Parlamentar da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná, essa frente que é prevista e a proposta é que seja composta de, no mínimo, 5 Deputados. Quero agradecer aos Deputados que assinaram e convidar para amanhã às 9h00 da manhã para uma reunião com essa comissão na 2ª Secretaria, para que possamos começar os debates sobre os trabalhos dessa Frente Parlamentar. Achemos que é de grande importância. O momento é oportuno e precisamos nos agilizar na implantação dessa frente para podermos regulamentar a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional aqui no nosso estado.

Também usando o horário da Liderança do PT, gostaria de anunciar recursos que são importantes para a nossa agricultura familiar, recursos que vêm do governo federal, recursos em torno de R\$ 72 milhões, que vão para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do nosso país e que desse montante, dos R\$ 72 milhões, para o Paraná virá cerca de R\$ 5 milhões, Deputado Pedro Ivo, sempre preocupado com a nossa agricultura. Gostaria de dizer que essa é a preocupação também do governo Lula e por isso esse recurso vem para o desenvolvimento das regiões, e o CECRAF, no estado do Paraná aprovou com prioridade 5 regiões, regiões que ao ver que há o estudo que comprova isso também, devem ter prioridade na distribuição dos recursos que vêm para o desenvolvimento dessas regiões. As regiões contempladas, o CECRAF aprovou uma orientação que seja dada prioridade à essas regiões: a região sudoeste, a região de Canto do Periguaçu, região Paraná centro, a região centro-sul e a região do Vale do Ribeira. Entendemos que esse recurso vai, com toda certeza, fortalecer muito o desenvolvimento da agricultura.

Fico muito feliz quando percebemos a preocupação que tem o governo no pensamento e nas ações do desenvolvimento da nossa agricultura e prioriza recursos para os estados e de uma maneira especial ficamos felizes com a decisão do CECRAF em priorizar algumas regiões que tem um baixo índice de IDH e que precisam desse recurso para fortalecer ainda mais a agricultura familiar. Acredito que assim que esse recurso vier para o Paraná,

teremos, com toda a certeza, a valorização e poderemos acompanhar o desenvolvimento dessas regiões do nosso estado.

E também gostaria de pedir o apoio dos Srs. e Sras. Parlamentares para um requerimento que encaminhamos nesta tarde pedindo a criação de uma CI para que possamos apurar os altos preços que estão sendo dados aos fertilizantes, aos insumos e fertilizantes agrícolas. Entendemos que houve um certo aumento de preços dos insumos e isso tem prejudicado ainda mais os nossos agricultores.

Então, por isso estamos pedindo nesse requerimento a criação da CI, para sabermos o que justifica esse preço tão alto. Não achamos que se justifique um aumento assim. Por isso, estamos pedindo o apoio dos Srs. Deputados para aprovar esse requerimento e entendemos no que se justifica esse aumento. Para nós que trabalhamos muito com a agricultura, especialmente a familiar, não tem nada que justifique esse aumento. Queremos discutir isso e acho que esta Casa faz bem em puxar esse debate, porque estaremos fazendo um debate muito saudável para a agricultura do nosso estado do Paraná.

Agradeço desde já e peço o apoio dos Srs. Parlamentares para que possamos criar essa CI e para que possamos ajudar na discussão e no fortalecimento da agricultura do nosso estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário do PP, com a palavra, o Sr. Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Registro com profundo pesar, o falecimento do ex-Vereador de Londrina, Geneci de Souza Guimarães, ocorrido ontem em minha cidade. Geneci de Souza Guimarães, Líder Sindical, ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, andava com a sua lambreta percorrendo a cidade, trabalhando muito e foi ele também uma das vítimas da ditadura militar que se instalou em 1964 em nosso país.

Recordo-me, Sr. Presidente, que certa tarde chegou até o meu escritório, o Vereador Geneci Guimarães, muito nervoso, transtornado, dizendo que iria sair dali para comprar um revólver para matar o Coronel Dalmo Bozon, do Serviço Nacional de Informações - SNI, que era um dos instrumentos usados pela ditadura militar. Eu procurei acalmar o Vereador e perguntei o motivo de querer matar um Coronel do Exército Brasileiro. Ele me contou. O Coronel Dalmo Bozon era um Coronel miudinho. A cidade de Londrina apareceu pichada com frases subversivas e numa tarde, agentes da Polícia Federal chega-

ram até o Sindicato dos Metalúrgicos e perguntaram quem era Geneci Guimarães. Quando ele se identificou, pediram que ele acompanhasse os agentes da Polícia Federal.

Na saída da sede do Sindicato dos Metalúrgicos, o Geneci pediu permissão para voltar, para pegar o paletó e fechar a porta do sindicato. Os agentes disseram que não. Embarcaram o Vereador num carro da Polícia Federal, levaram até a Delegacia de Polícia de Londrina, onde aquele Coronel miudinho tinha, atrás dele, um Sargento da Polícia Militar com mais de 2 metros de altura, um verdadeiro “guarda-roupa” - e olhem como alguns homens da ditadura tratavam um ser humano - esse Coronel, quando o Vereador chegou à sua frente, ele nem olhou para a cara do Vereador e simplesmente disse: “Geneci de Souza Guimarães?” Ele falou: “Pois não.” E sem olhar para a cara do Vereador, disse: “Sr. Geneci de Souza Guimarães, o senhor sabia que a sua mãe era uma pu...?” Olhem o tratamento que era dispensado por certos militares que praticaram tantos abusos em nome da ditadura! Geneci foi preso, foi torturado, mas nunca perdeu a garra de continuar defendendo a nossa democracia e a classe trabalhadora.

Foi sepultado há pouco em Londrina e à família enlutada, nossas condolências, nossos sentimentos e que a lição de vida de Geneci sirva como modelo para outros líderes sindicalistas.

Outro assunto, Sr. Presidente Augustinho Zucchi: o Papa está chegando neste momento no aeroporto de Cumbica, em São Paulo. Ontem, o Ministro da Saúde do governo Lula admitiu pela primeira vez mandar fazer um plebiscito no Brasil, para ver se o povo quer ou não quer a legalização do aborto. Até parece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Ministro tenha planejado uma provocação ao Papa ou à Igreja Católica.

Olha, Deputados Rossoni, Elio Rusch, Traiano, Douglas Fabrício, na véspera da chegada do Papa, faltando menos de 24 horas para o desembarque do Papa, no Brasil, o Ministro trazer a público a possibilidade de mandar fazer um plebiscito para legalizar ou não o aborto! Acho até uma falta de respeito do Ministro com o Papa, que tem um posição firmada contra a prática do aborto.

Aliás, o Papa apoiou ainda ontem uma manifestação à excomunhão dos políticos, dos médicos, que votaram pela legalização do aborto naquele país.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, muitas vezes a mocinha ingênua ou até não ingênua, acaba engravidando do namorado. Às vezes, nem sabe quem é o pai da criança. Com receio do pai, com vergonha da família ou da sociedade, quem sabe até do lado podre da sociedade, a mocinha se sujeita ao aborto, incentivada pelo namorado. Há tantos tipos de aborto que são praticados. Às vezes, ainda, com médicos criminosos, em clínicas clandestinas e pessoas leigas que quase nada entendem de medicina que praticam o aborto.

Recordo-me de um cidadão, cuja filha, aluna da universidade, engravidou. A mãe com vergonha da sociedade, conduziu a filha universitária para uma mulher parteira fazer o aborto na sua filha. O aborto acabou se complicando. Matou a criança e a filha acabou também morrendo.

Sr. Presidente, fico imaginando se a criança, o embrião que está no ventre da mãe pudesse falar alguma coisa na hora que vai ser praticado o aborto, com certeza, ele estaria clamando: “Mãe, não me mate! Papai, não me mate! Doutor, não me mate eu quero viver!”

Sabemos que milhões de abortos são praticados, infelizmente, no mundo inteiro. Talvez até por desorientação da mocinha que engravida, que não deveria ter vergonha de nada, que deveria assumir a criança, mas, infelizmente, quantas vezes vemos a mocinha engravidar, jogar o feto na privada, no matagal. A criança às vezes nasce, está com vida e, abandona no matagal, joga no bueiro. E, há tantas mulheres que não conseguem engravidar, não podem ter essa felicidade de gerar um filho. Muitas vezes, o problema não é da mulher, mas sim do homem.

Sr. Presidente Nelson Justus, falar em praticar o aborto é contrariar a lei de Deus, porque a vida não nos pertence, a nossa vida e a vida de todos nós. A vida da humanidade pertence ao nosso Pai, ao nosso Criador. Chego a imaginar que muita gente já fez aborto, em Curitiba, no Paraná, no Brasil, no mundo, se já não passou por um arrependimento. Ainda vai chegar o dia em que vai sentir, vai ter consciência da gravidade do ato anticristão, anti-humanitário que praticou ao matar aquela criança que estava no ventre daquela mãe.

Por isso, Sr. Presidente, estamos submetendo a esta Casa de Leis um requerimento direto ao Chefe Maior, ao Presidente Lula, se aprovado por esta Casa, manifestando a posição da Assembleia Legislativa do Paraná contrária a qualquer plebiscito para legalizar ou não legalizar o aborto. É um absurdo essa tentativa que se faz. Vimos até o Presidente Lula, num outro ato de infelicidade, ter afirmado nesta semana que esse problema de aborto é um problema de saúde pública. Não! Ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém, nem o próprio pai, nem a própria mãe! Por isso a nossa posição contra o aborto, contra o plebiscito que objetiva, quem sabe, contrariar a lei maior do nosso Deus para legalizar o crime do aborto.

Num país cristão, num país de um povo quem não é cristão, que tem outras religiões, mas acima de tudo, não importa o seu credo religioso, o povo brasileiro, na Data Folha, manifestou que 97% dos brasileiros acreditam em Deus; 2% talvez não entenderam a pergunta ou não souberam responder e apenas e tão somente 1% manifestaram que não acreditam em Deus, são ateus.

Portanto, creio, em nome até da formação de pelo menos 97% dos brasileiros, porque se eles acreditam em

Deus, com certeza eles têm consciência de que Deus não quer que tiremos a vida de nosso semelhante, seja do nosso filho ou não. A nossa posição, reafirmo, é contrária a qualquer plebiscito para legalizar o aborto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, com satisfação, anuncia a presença do Presidente da Câmara de Guaratuba e Vereadores.

Sejam bem-vindos a Casa.

Ainda no Horário das Lideranças com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras.

Faço uso deste horário para registrar e agradecer a audiência pública que realizamos no município de Araucária. Num dia bastante frio, num dia muito chuvoso, conseguimos lotar o plenário da Câmara de Vereadores daquele município, para discutir a questão da segurança pública. Registro isso e agradeço a presença, além do Deputado Mauro Moraes - que estava lá presidindo o evento, porque preside nesta Casa a Comissão de Segurança Pública - o Deputado Reni Pereira, Vice-Presidente dessa comissão, mas também estavam lá os Deputados Douglas Fabrício, Marcelo Rangel e Edgar Bueno. Quase que tínhamos em Araucária mais quórum do que temos nas Sessões de quinta-feira. Foi muito importante a presença desses Deputados que abrilhantaram e dignificaram com a sua presença, naquele evento, o trabalho desta Casa. Não tenho dúvidas disso.

Discutimos ontem a questão da segurança pública. Tínhamos lá lideranças comunitárias, não só do município de Araucária, mas também do município de Mandirituba, Fazenda Rio Grande e Contenda.

Tínhamos lá Vereadores, representantes de Prefeitos; estavam lá o Coronel Scheremeta, o Coronel Amaro, o Capitão Sperca, pessoas que têm um compromisso sério com a questão da segurança no Paraná. Infelizmente, não pudemos contar nem com a presença do Secretário da Segurança Pública, Dr. Delazari e nem com um representante do mesmo.

Então, a presença num dia de chuva, a presença num dia extremamente frio, da comunidade, mostra o quão sério é o problema da segurança pública, não só no estado do Paraná, mas no Brasil como um todo.

Eu queria que os senhores prestassem atenção, um minutinho só, nestes dados: o último censo carcerário contabilizou 239 mil presos no Brasil, para as 136 mil vagas. Temos 103 mil presos a mais que o número de vagas, mas, o dado mais alarmante é que falta cumprir 550 mil mandados de prisão, ou seja, mais que 5 ou 6 vezes a capacidade instalada no Brasil.

É impossível e eu não tenho dúvidas, entre construir todas estas mil unidades prisionais, talvez tenhamos realmente que investir em muitas, muitas casas populares. Não tenho dúvidas disso. E quanto tempo nós vamos ficar correndo atrás de respostas com relação à segurança pública?

Os dados são de 2002, divulgados no mês passado pelo Departamento Penitenciário, o DEPEN. No Paraná, temos cerca de 18 mil presos. O censo do sistema penitenciário de 2006 apontou mais de 9 mil presos nas cadeias e estima-se que outros 8 mil estejam presos nas delegacias da Polícia Civil, aguardando vaga.

A nossa proposição de audiência pública, acatada, referendada e apoiada por esta Casa, tinha como objetivo levar para discussão a criação de um novo batalhão de Polícia Militar. Hoje nós temos o 17º Batalhão, cuidando de 22 municípios da região metropolitana, cerca de 1 milhão e 500 mil pessoas, em 12 mil km² de território. E não dá conta.

Mas, também temos o entendimento de que não basta a construção de batalhões. São José dos Pinhais tem um índice, figura entre os 14 municípios mais violentos do estado do Paraná e lá tem a sede do batalhão de polícia, lá tem a sede da 1ª Companhia de Polícia Militar. Então, não é só a estrutura física, temos que repensar segurança como um todo. Fizemos audiência pública por aquela indicação que fizemos aqui, da construção do novo batalhão, e daquela solicitação que também fizemos nesta Casa, da construção de uma nova sede para a 2ª Companhia de Polícia. E por isso chamamos a sociedade para discutir. E a presença maciça da sociedade, como já disse, representou quão urgente nós precisamos dar respostas para esta questão.

Em Araucária, morrem cerca de 30 araucarienses vítimas de violência. Mas, em Piraquara morrem 60. A taxa é de 60 para cada 100 mil habitantes. Então, temos um problema sério e temos que ter este enfrentamento.

O Sr. Tadeu Veneri (Aparte)

Rapidamente, apenas para cumprimentá-la pela iniciativa e fazer duas considerações, para poder contribuir com o seu pronunciamento. Acho que, primeiro, temos que discutir no Paraná, urgente, a criação, instalação, estruturação da Defensoria Pública. Não é possível que o estado do Paraná seja um dos poucos, um dos pouquíssimos estados do país que ainda não tem a Defensoria Pública estruturada, com quadro próprio, com carreira própria, com concurso próprio. Sabemos que milhares de pessoas que estão nas delegacias não deveriam estar naquele espaço. Deveriam estar, sim, sendo beneficiadas com penas alternativas, que não são aplicadas pela nossa Justiça, muitas vezes por desconhecimento e muitas vezes por não termos pessoas que possam fazer, às vezes, uma simples defesa daquelas pessoas que estão lá e que estão aguardando julgamento.

Então, acredito que a senhora está no caminho correto. Parabéns pela iniciativa!

Espero que possamos contribuir com esse debate e possamos, talvez, daqui a um tempo, 1 ano, 2 anos, 6 meses, instalar no Paraná a Defensoria Pública, porque enquanto não tivermos condições de tirar aquele cidadão, aquela cidadã que não tem a mesma responsabilidade de outros que estão no mesmo espaço, continuaremos tendo as cadeias superlotadas, os presídios superlotados, construindo mais presídios, construindo mais cadeias, sem resolver o problema.

Parabéns, mais uma vez, Deputada Rosane!

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Deputada Rosane, quero dizer, não só a V. Exa., mas principalmente ao Presidente, ao 1º Secretário, ao 2º Secretário desta Casa, do sucesso que teve a audiência pública. Ontem, por meio da presidência do Deputado Mauro Moraes, este Poder se fez presente em Araucária. As lideranças que estavam presentes perceberam que a Assembléia Legislativa está fazendo o seu papel. Ficou bem claro que não estávamos levando expectativas, nem dinheiro, nem ilusões no aspecto da segurança.

Sentaram à mesa os Comandantes da Polícia Militar, os Deputados, o Prefeito, os Vereadores de toda região. Infelizmente, saiu o Delegado da Polícia Civil. O que falamos é que estávamos levando respeito à população, para discutir e buscar cada um a sua cota de responsabilidade.

Quero cumprimentar, acima de tudo, o Deputado Mauro Moraes, pela postura que teve conduzindo aquela audiência pública de uma maneira justa, equilibrada e, acima de tudo, com a sensibilidade de chegar a um termo, tanto é que na hora que começaram a desvirtuar, ele, sabiamente, encerrou a Sessão.

Então, parabéns a V. Exa. por ter levado ao seu município de principal base eleitoral a presença do Poder Legislativo Estadual e o respeito.

Percebi que aquela população não queria que os Deputados parassem. Na hora que o Deputado Douglas Fabrício e o Deputado Edgar Bueno pararam de fazer seus pronunciamentos, o povo queria mais, não queria que eles parassem de falar.

Então, parabéns a V. Exa.! Parabéns a esta Casa! Parabéns à Comissão de Segurança!

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Agradeço o aparte concedido por V. Exa.

Quero parabenizar porque, realmente, foi um grande encontro, ontem. Também quero agradecer a presença dos Deputados, porque a presença maciça de 6 Deputados, ontem, nessa Comissão de Segu-

rança, valorizou aquele encontro da grande população de Araucária. Lá nós encontramos empresários, líderes de bairros, Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara, enfim, a comunidade se reuniu para dizer da ansiedade que tem com referência à segurança no estado do Paraná, mas principalmente em Araucária.

Quero cumprimentá-la. Percebi que a senhora goza de um grande respeito daquela população. O encontro foi muito bom e foi importante para consolidar essa nova segurança que queremos e a responsabilidade que queremos do Secretário da Segurança do Estado, dos policiais civis, militares, enfim, tem que dar mais segurança à população.

Parabéns pelo encontro realizado ontem.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 1214, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Valdir Rossoni, com apoio dos Srs. Deputados Mauro Moraes, Pedro Ivo, Tadeu Veneri e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 10 de maio de 2007, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 311/07, Mensagem nº 015/07, que visa estabelecer índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná. **Recebido. Protocole-se. Decorrido o prazo de 24 horas, incluir na Sessão para deliberação. À DAP, para providências.**

Por essa razão, Srs. Deputados, quero conchamar a V. Exas. para que façamos uma Sessão Extraordinária e há requerimento para isso, também, na data de hoje. Quero pedir, mais uma vez, a presença de V. Exas. na Sessão de amanhã para que possamos votar em 1ª discussão, hoje, o aumento do funcionalismo e, amanhã, em 2ª e 3ª discussões, deixando para segunda-feira apenas a redação final. Acho que é uma homenagem justa que podemos prestar aos nossos funcionários, aproveitando ainda para que essa lei seja sancionada antes da viagem do Exmo. Sr. Governador.

Coloco em votação o Requerimento nº 1208, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Convoco V. Exas. para a Sessão de amanhã às 10h00, para que votemos em 2ª discussão.

Recebemos e protocolamos o requerimento transformando em Comissão Geral, para que produza os seus efeitos no dia de amanhã. Está portanto **aprovado** o requerimento.

Indicação nº 113/07, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício e Nelson Justus, constante do expediente, propondo a pavimentação asfáltica da estrada que liga os municípios de Mamborê e Nova Cantú. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 114/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, a construção de pistas adicionais na BR-369, no município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 115/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado do Planejamento a liberação de recursos destinados à execução de obras do distrito do Vale Azul, no município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Stephanes Júnior para representar esta Casa de Leis e a Comissão de Saúde Pública nos dias 10 e 11 de maio do corrente ano, em visita a instituições hospitalares no município de Campo Mourão e região. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Fábio Camargo para representar esta Casa de Leis na Comissão de Fiscalização nos dias 10, 11, 12 e 13 de maio de 2007 nas cidades de Londrina, Astorga, Maringá, Cruzeiro do Oeste, Rondon e Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1219, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, solicitando autorização para representar esta Casa de Leis nos dias 11, 12 e 13 do corrente mês, em visita aos municípios de Astorga, Nova Esperança, Rondon, Cruzeiro do Oeste e Umuarama, em conversa com os Prefeitos para atender reivindicações. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei complementar, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti e do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Há quórum para prosseguimento da Sessão, mas para que fique registrado quais os Deputados presentes e os Deputados que estão faltando, requeiro a V. Exa. votação nominal para o Projeto nº 027/07.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há sobre a mesa Requerimento nº 1232, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei nº 027/07, item 01 da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 027/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que dispõe sobre a obrigatoriedade da distribuição de merenda diferenciada para alunos diabéticos, hipoglicêmicos e celíacos matriculados nas escolas públicas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. (**Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei**).

Solicito ao Sr. 1º Secretário Alexandre Curi que proceda à chamada nominal para votação do item 01.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Vi o senhor lendo, mas o senhor colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim, foi aprovado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Cochilei, é redação final. Não entendo votação nominal para atrasar ainda mais a Sessão. Não posso concordar com esse tipo de atitude.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Tenho que cumprir, coloquei o requerimento em votação, ninguém se manifestou, temos que votar nominalmente agora.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só lamento o posicionamento do Deputado Dobrandino, porque na hora que V. Exa. colocou em votação e discussão o requerimento, não se pronunciou e votou favorável à votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por gentileza, Deputado Alexandre Curi, vai se proceder à votação nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Quarenta e um Srs. Deputados votaram SIM.

Nenhum não.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovado o projeto.

Naturalmente que com o painel eletrônico não teremos mais esse tipo de votação.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 262/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública a Associação Filantrópica Comunitária - AFILAC, do Campo Comprido, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 275/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública o Centro Cultural Jhamayka, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/07, de 18/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 276/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Instituição Educacional de Tapejara - ICETAP, com sede em Tapejara e foro em Cruzeiro do

Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 031/07, de 18/04/07, em Projetos de Lei).

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. William Soto Santiago. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Em votação.

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço para ler a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Alexandre Curi, que proceda à leitura da justificativa do Projeto nº 214/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. William Soto Santiago.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

(Procede à leitura da justificativa do Projeto de Lei nº 214/07, que concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. William Soto Santiago, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro).

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado, Sr. 1º Secretário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu só queria dizer que nessa revisão do nosso Regimento Interno vamos procurar colocar essa questão de título de Cidadão Honorário de uma outra forma para ser concedida, porque a quem cabe avaliar o currículo do homenageado é a comissão, quando está analisando se a pessoa merece ou não merece, porque senão, sem demérito ao pedido de leitura, vamos começar nesta Casa, daqui a pouco, o Código Tributário nós vamos pedir para ler da primeira a última folha quando ele já passou pela CCJ, por Finanças, e tudo.

Acho que tínhamos que começar a nos preparar para a TV Assembléia que vai surgir. Está aprovado, ninguém vai votar contra um título de Cidadão Honorário, senão vira moda. Daqui a pouco todo mundo vai pedir que se leia o currículo da pessoa quando ele já está aprovado pela comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, eu não sei se estou com problema de audição ou o que é. Eu já não falei hoje porque não há condições de falar, não se ouve nada aqui e ficamos aqui nos perguntando. Eu quero dizer que já passei pela 1ª Secretaria, sei o que o Deputado Alexandre Curi está vivendo, isto quem conseguir vai fazer um milagre, porque é algo que não dá para entender, tem dias que funciona maravilhosamente e tem dias, sinceramente, Deputado Alexandre, eu não entendi o que V. Exa. leu por causa do som, não dá para entender.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para complementar, Deputado Valdir Rossoni, todo mundo entendeu perfeitamente o que V. Exa. falou, porque V. Exa. falou próximo ao microfone, com a técnica que lhe é peculiar e todo mundo ouviu.

Agora, estamos já providenciando, já foi lícitado, já há empresa vencedora, em alguns dias nós...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu não estou fazendo crítica, mas veja o seguinte: agora nós começamos aqui, eu levantei a questão, fico chateado porque sou eu, me torno até chato de falar. Agora já entendi o que V. Exa. falou e certamente se o Deputado Alexandre Curi lesse o currículo nós entenderíamos.

Então, é algo assim que conseguimos entender, porque tem momentos que não conseguimos. Deve estar com algum problema este som.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu só queria encaminhar favorável ao projeto de lei do Deputado Litro.

Sr. Presidente, aqui na Casa, como disse V. Exa., existem os Deputados que estão acostumados a utilizar o microfone e os que não têm aquela habilidade que nós, os radialistas e polítics com mais técnica no microfone, temos ao usar. Mas aqui temos também brilhantes Srs. Deputados, como é o caso do Deputado Litro, que não gosta muito de falar, é um Deputado diferente, e temos que respeitar os Deputados que preferem legislar de outra forma, que não têm aquela pretensão de falar todos os dias, como é o nosso caso.

Só para dizer que o Deputado Litro tem todo o direito de encaminhar o currículo, até porque ontem alguém questionou quem era a pessoa e ele encaminhou através de um pedido para se ler o currículo da pessoa e eu jamais questiono aqui, Sr. Presidente, quando um companheiro apresenta um título. Quando um companheiro apresenta, eu primeiro voto, acredito, em respeito ao companheiro meu que está apresentando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o item 5 da pauta - 2ª discussão do Projeto de Lei nº 214/07. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/07, que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, em número de 04 (quatro), nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 218/07, oriundo da Mensagem nº 011/07 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação originalmente proposta para o artigo 14, conforme redação a seguir:

“Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, CIDA BORGHETTI, ANTONIO BELINATI, ADEMAR TRAIANO, RUI HARA e MARCELO RANGEL.

JUSTIFICATIVA:

Necessária a modificação da redação do artigo 14 para efeito de adequar o projeto de lei à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 095/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que estabeleceu as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

Dispõe a referida lei nacional que o dispositivo de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. Não se admite, portanto, cláusulas genéricas de revogação legal.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 218/07, oriundo da Mensagem nº 011/07 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação do seu artigo 13, conforme redação a seguir:

“Art. 13. A função de Chefia do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de que trata essa lei, deverá ser, preferencialmente, exercida por servidor estável e com notório conhecimento em administração pública.”

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, CIDA BORGHETTI,

ANTONIO BELINATI, ADEMAR TRAIANO, RUI HARA e MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Se o governo entendeu que deveria enxugar a máquina administrativa extingüindo uma autarquia cuja finalidade era incompatível com a sua política, como no caso do SERLOPAR, por que não usar os cargos lá existentes? No mais, a estrutura central do Governo do Estado, especificamente o gabinete do Governador, a Vice-Governadoria e a Casa Civil, já dispõem de cargos suficientes para o exercício das funções de Coordenador do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Rege-se a administração pública estadual pelos princípios constitucionais da economicidade e motivação, entre outros elencados no artigo 27 da Constituição Estadual.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 218/07, tem por objetivo acrescentar-lhe um novo dispositivo, devendo o artigo 14 da redação original ser renumerado como artigo 15, segundo redação a seguir:

“Art. 14. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de que trata esta lei, será semestralmente auditado pelo Tribunal de Contas do Estado, devendo os respectivos relatório e parecer conclusivo ser encaminhados à apreciação da Assembléia Legislativa do Estado.”

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, CIDA BORGHETTI, ANTONIO BELINATI, ADEMAR TRAIANO, RUI HARA e MARCELO RANGEL.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente emenda em face do que dispõe a Constituição Estadual em seus artigos 74 e 75, quando trata da fiscalização financeira e orçamentária do estado como atividades de competência deste Poder Legislativo, a ser exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, tendo por objetivo estabelecer o regramento necessário para o cumprimento das ações referentes aos Programas de Governo estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, bem como a avaliação da Gestão dos Agentes Públicos e a correta aplicação das políticas públicas, no âmbito da Adminis-

tração Direta e Indireta, com atividades, estruturas e competências regulamentadas por decreto.

Parágrafo Único. Integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual todas as Secretarias de Estado, a Procuradoria-Geral do Estado, os órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e demais Órgãos de Regime Especial.

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 2º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual consiste em um plano organizacional de métodos e procedimentos, de forma ordenada, articulados a partir de um órgão central de coordenação, adotados pela Administração Pública para salvarguardar seus ativos, obter informações oportunas e confiáveis, promover a eficiência operacional, assegurar a observância das leis, normas e políticas vigentes, estabelecer mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade e impedir a ocorrência de fraudes e desperdícios.

Art. 3º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual prestará apoio ao Órgão de Controle Externo no exercício de sua função, em cumprimento ao artigo 74 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único. O apoio ao Controle Externo, sem prejuízo do disposto em legislação específica, consiste na prestação de informações e dos resultados das ações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

Capítulo II

Das Atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual

Art. 4º As atividades do Sistema de Controle Interno, exercidas em todos os níveis e em todos os órgãos e entidades da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual compreenderão, particularmente:

I - o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia, objetivando o cumprimento dos programas, metas, diretrizes e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica do órgão controlado;

II - o controle, pelos diversos órgãos da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

III - o controle sobre o uso e guarda dos bens pertencentes ao Estado, efetuado pelos órgãos próprios;

IV - o controle orçamentário e financeiro sobre as receitas e as aplicações dos recursos, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento, de Contabilidade e Finanças;

V - o controle exercido pela Coordenação de Controle Interno destinado a avaliar a economia, a eficiência e a eficácia do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, e assegurar a abservância dos dispositivos constitucionais e aos incisos I a VI do artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º O Órgão Central do Sistema será a Coordenação de Controle Interno.

Art. 6º As atividades do Sistema de Controle Interno nos órgãos e entidades da estrutura organizacional do Poder Executivo, serão exercidas pelos respectivos ordenadores de despesa.

Capítulo III

Da Coordenação de Controle Interno - CCI

Art. 7º Fica instituída a Coordenação de Controle Interno - CCI, Órgão Singular de função consultiva e executiva do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, a ser regulamentada por decreto.

Art. 8º A Coordenação do Sistema de Controle Interno será exercida pelo Secretário de Controle Interno e fará parte da Governadoria do Estado, na forma do artigo 11, inciso I, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987.

Capítulo IV

Da Finalidade da Coordenação de Controle Interno - CCI

Art. 9º A Coordenação de Controle Interno - CCI, terá por finalidade:

I - planejamento, coordenação, controle e avaliação das atividades de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

II - integração operacional para o desenvolvimento das atividades entre as Secretarias de Estado e demais Órgãos da Administração Direta e Indireta;

III - expedição de atos normativos sobre procedimentos de controle e recomendações para o aprimoramento;

IV - avaliação da economia, eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela Administração Pública, através de processo de acompanhamento realizado nos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais pertinentes à Administração;

V - proporcionar o estímulo e a obediência das normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, estatutos e regimentos;

VI - garantir a promoção da eficiência operacional e permitir a conferência da exatidão, validade e integri-

dade dos dados contábeis que serão utilizados pela organização para tomada de decisões;

VII - assegurar a proteção dos bens do erário, salvaguardando os ativos físicos e financeiros quanto a sua correta utilização;

VIII - assegurar a legitimidade do passivo, mantendo um sistema de controle eficiente da Dívida Ativa;

IX - propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo e operacional sobre os resultados atingidos;

X - acompanhamento sobre a observância dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins;

XI - estabelecimento de mecanismos voltados a comprovar a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial na Administração Pública;

XII - alerta formal às autoridades administrativas para que instaurem, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos ilegais, ilegítimos ou outros incompatíveis com a prática da Administração Pública e que resultem em prejuízo ao erário;

XIII - realização de inspeções, auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas;

XIV - cumprimento, por parte do titular da CCI, do estabelecido no parágrafo único, do artigo 54, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo V

Atribuições do Controle Interno

Art. 10. Para o desempenho de suas atribuições, compete à Coordenação do Controle Interno:

I - coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno da Administração Direta, Indireta e fundacional, inclusive das sociedades de economia mista e empresas públicas, promovendo a integração operacional e expedindo atos normativos sobre procedimentos de controle;

II - avaliar, a nível macro, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e nos Orçamentos do Estado, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;

III - efetuar o acompanhamento sobre as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos limites legais, nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei Complementar nº 101/00.

IV - exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicação em gastos como a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com despesas da área de saúde;

V - estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade, e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados quanto a eficácia, eficiência e economicidade

da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos da Administração Estadual, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

VI - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, centralizando, a nível operacional, o relacionamento com o tribunal de contas do Estado, respondendo pelo:

a) encaminhamento das prestações de contas anuais;

b) atendimento aos técnicos do controle externo;

c) recebimento de diligências e coordenação das atividades para as elaboração de respostas;

d) acompanhamento da tramitação dos processos e coordenação da apresentação de recursos;

VII - medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelos Órgãos Setoriais do Sistema, através do processo de auditoria a ser realizada nos sistemas de Contabilidade, Gestão Orçamentária e Financeira; Recursos Humanos, Patrimônio, Contratos e Gestão Operacional e demais sistemas administrativos da Administração Direta e Indireta do Município, expedindo relatórios como recomendações para aprimoramento dos controles;

VIII - alertar formalmente a Autoridade Administração competente para que instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

IX - revisar a adequação da estrutura do Estado ao cumprimento dos objetivos e metas do Governo;

X - propor ao Chefe do Poder Executivo as reformas estruturais necessárias ao melhor funcionamento da Coordenação de Controle Interno.

XI - verificar a observância dos limites e das condições para a realização de operações de crédito e sobre a inscrição de compromissos em Restos a Pagar;

XII - dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado das irregularidades ou ilegalidades apuradas, para as quais a administração não tomou as providências cabíveis visando à apuração de responsabilidades e o ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário;

XIII - manifestar-se, quando inquirido pelo Chefe do Poder Executivo, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos;

XIV - promover o Processo de Tomada de Contas Especial de órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal Direta, Indireta e fundacional, inclusive das sociedades de economia mista, empresas públicas e quaisquer tomadores de recursos públicos,

objetivando fiscalizar e apontar as responsabilidades de órgãos e autoridades, de ofício ou a requerimento do Executivo ou do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

XV - instituir e manter sistema de informação para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

XVI - participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos do Município;

XVII - assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

XVIII - interpretar e pronunciar-se em caráter normativo sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira, patrimonial e quanto à contabilidade pública, expedindo Instruções Técnicas quando necessárias;

XIX - efetuar o acompanhamento sobre as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, conforme o disposto no artigo 31, da Lei Complementar nº 101/00;

XX - aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101/00;

XXI - efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento do limite de gastos totais e de pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos dos artigos 29-A da Constituição Federal e do inciso VI, do artigo 59, da Lei Complementar nº 101/00;

XXII - estabelecer procedimentos e controles destinados a assegurar que as ações que motivem a geração de novas despesas com duração superior a dois anos ou os atos que gerem despesas de caráter continuado, somente ocorram após observadas as exigências contidas nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XXIII - exercer o acompanhamento sobre a divulgação dos instrumentos de transparência de gestão fiscal nos termos da Lei Complementar nº 101/00, em especial quanto ao relatório resumido da execução orçamentária e ao relatório de gestão fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XXIV - manter registros sobre a composição e atuação das comissões de licitações;

XXV - propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública municipal, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XXVI - promover o acompanhamento das rotinas contábeis do município, dispensando atenção especial às Conciliações Contábeis, prestações de Contas, Informações Gerenciais e Financeiras fornecidas com embasamento no sistema de contabilidade;

XXVII - verificar o cumprimento das metas durante a execução orçamentária;

XXVIII - estabelecer as normas norteadoras ao adequado controle do patrimônio do município;

XXIX - padronizar procedimentos administrativos de gestão operacional;

XXX - fiscalizar e submeter ao controle geral, normas e procedimentos referentes à padronização dos processos interagindo com órgãos próprios das Secretarias Municipais;

XXXI - estabelecer as rotinas de controle inerentes à:

a) contratação, demissão e alteração funcional de servidores;

b) alterações de salário;

c) horas trabalhadas;

d) elaboração da folha de pagamento;

e) pagamento da folha, impostos e contribuições;

XXXII - gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação necessárias ao desempenho da sua competência;

XXXIII - planejar, organizar, dirigir, controlar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades das unidades subordinadas, bem como promovê-las de orientação e dos meios necessários ao bom desempenho;

XXXIV - assessorar as autoridades governamentais em matéria de sua competência;

XXXV - avaliar os controles exercidos verificando sua eficiência e aferindo sua eficácia, determinando o processamento das alterações eventualmente necessárias que permitam aperfeiçoar, todo e qualquer controle existente;

XXXVI - certificar todos os demonstrativos emitidos pelo Poder Executivo através da Administração Direta, Indireta, inclusive fundações e sociedades de economia mista;

XXXVII - verificar e certificar todas as prestações de contas enviadas aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual por entidades tomadoras de recursos e subvenções sociais;

XXXVIII - realizar auditorias periódicas em todos os órgãos componentes da Administração Pública Estadual, inclusive autarquias, fundações e sociedades de economia mista, verificando a execução orçamentária, financeira, a correta escrituração contábil, prestação de contas e demais atos relativos à gestão correta dos recursos públicos;

XXXIX - expedir instruções técnicas;

XL - analisar e certificar mensalmente os relatórios orçamentários, patrimoniais, contábeis e de gestão de todos os órgãos da Administração Direta, Indireta e das Empresas Públicas Estaduais;

XLI - emitir parecer sobre a contratação de Auditorias, Consultorias e Assessorias pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações e sociedades de economia mista;

XLII - implantar a Unidade Gestora de Transferências, para controle das transferências voluntárias recebidas e concedidas, mediante avaliação do cumprimento de metas pactuadas com a entidade repassadora/tomadora, controle na aplicação dos recursos, aprovação das prestações de contas das transferências concedidas e encaminhamento da prestação de contas das transferências voluntárias ao Tribunal de Contas, de acordo com a legislação vigente;

XLIII - exercer outras funções correlatas.

Capítulo VI

Designações

Art. 11. O exercício de atividade técnica na Coordenação de Controle Interno será realizado por servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, observadas as seguintes prescrições.

Art. 12. Somente prestarão serviços na Coordenação de Controle Interno servidores públicos municipais com formação de nível superior, conhecimento sobre a legislação vigente quanto à matéria orçamentária, financeira e contábil, além de dominar os conceitos de controle interno e auditoria.

Art. 13. Os responsáveis deverão possuir registro no Conselho Regional de Contabilidade, ou na Ordem dos Advogados do Brasil, em função da responsabilidade decorrente da tomada e certificação das contas de todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta.

Art. 14. É vedada a indicação e nomeação para o exercício de funções na Coordenação de Controle Interno, de pessoas que tenham sido nos últimos 5 (cinco) anos:

I - responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelo Tribunal de Contas do Estado ou da União;

II - punidas, por decisão na qual não cabia recursos na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;

III - condenadas em processo criminal por prática de crime contra Administração Pública, capitulados nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7492 de 16 de junho de 1986, e na Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992;

IV - nomeadas em cargos de provimento em comissão.

Capítulo VII

Garantias e Vedações

Art. 15. Fica assegurada aos servidores componentes da coordenação de controle interno independência profissional para o exercício de suas atividades.

Art. 16. É vedado aos servidores com funções na Coordenação de Controle Interno exercer:

I - atividade político-partidária;

II - patrocinar causa de terceiros contra a Administração Direta ou Indireta do Estado do Paraná.

Art. 17. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores da Coordenação de Controle Interno do Estado no exercício das atribuições inerentes às atividades contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

§ 1º Quando a documentação ou informação prevista neste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dado tratamento especial de acordo com regulamento próprio.

§ 2º A documentação comprobatória da execução orçamentária, financeira e patrimonial estadual permanecerá na Unidade, a disposição do controle interno e externo, nas condições e prazos estabelecidos pela legislação pertinente.

Art. 18. O agente ou servidor público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Coordenação de Controle Interno, no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art. 19. O servidor que se relacionar com a Coordenação de Controle Interno, deverá guardar sigilo sobre as informações e dados pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para elaboração de pareceres e relatórios destinados à sua atividade, chefia superior, órgão ou entidade na qual procederam-se as constatações.

Capítulo VIII

Das Apurações de Irregularidades

Art. 20. Verificada a ilegalidade nos atos administrativos pelos Agentes Públicos, a Coordenação de Controle Interno, de imediato, adotará as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

Art. 21. Não havendo a regularização relativa à irregularidade ou ilegalidade apuradas, o fato será documentado e levado ao conhecimento das autoridades administrativas pela Coordenação de Controle Interno.

Parágrafo Único. Nos casos de indícios de irregularidade ou ilegalidade, não sanados pelo Agente Público, a Coordenação de Controle Interno determinará a abertura de processo administrativo para apurar os fatos.

Art. 22. Fica obrigado o responsável pelo Sistema de Controle Interno, ao tomar conhecimento de

qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, conforme artigo 78, parágrafo 1º, da Constituição Estadual.

Art. 23. Fica criado, no âmbito da Governadoria, 1 (um) cargo de Secretário de Controle Interno símbolo AE-1, que deverá ser preenchido preferencialmente por servidor estável com notória especialização na matéria tratada nesta lei.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Durval Amaral, Marcelo Rangel, Valdir Rossoni, Duílio Genari e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância do órgão é necessário garantir que os seus membros possam ser dotados de garantia e autonomia podendo exercer sua atividade de forma independente.

Tal órgão com a autonomia, segurança e competências conferidas pela presente emenda só apresentam benefícios ao Governo, que ficará resguardado da possibilidade de eventual descumprimento dos princípios administrativos por qualquer órgão da administração direta e indireta.

Possibilita também maior controle pelo Legislativo, que poderá requisitar a presença dos membros da Coordenação para esclarecimento de questões relativas aos procedimentos da Administração Pública.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Fica denominado o terminal da Cachoeira, município de Almirante Tamandaré, Terminal de Transporte Coletivo Vereador Dirceu Pavoni. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 197/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 197/07, de autoria do Deputado Estadual Edson Strapasson, tem por objetivo denominar Vereador Dirceu Pavoni o Terminal da Cachoeira, localizado no município de Almirante Tamandaré.

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Estadual do Paraná:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao estado ou ao município.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Diante do analisado, em face da legalidade e constitucionalidade, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 197/07

P A R E C E R :

Considerações

Considerando que o presente projeto de lei tem como objetivo denominar o Terminal Rodoviário de Cachoeira, no município de Almirante Tamandaré - Terminal de Transporte Coletivo Vereador Dirceu Pavoni - o que não implica em qualquer despesa para o estado;

Considerando que pertence a esta comissão opinar sobre as obras públicas, principalmente, no que se refere a trânsito e transporte;

E, finalmente, considerando que não altera para o estado qualquer forma de arrecadação, tanto no consumo como na produção;

Somos de parecer favorável à tramitação do projeto do nobre Deputado Edson Strapasson.

Sala das Comissões, em 08.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina de Engenheiro Waldyr Luiz Becker, o viaduto do trevo principal da cidade de Toledo, das rodovias BR-467, PRT-163 e PRT-182. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 233/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo denominar Engenheiro Waldyr Luiz Becker o viaduto do trevo da cidade de Toledo, das rodovias BR-467, PRT-163 e PRT-182.

Legalidade

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar, concorrentemente, sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Constitucionalidade

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade votamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 233/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 233/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por finalidade denominar Engenheiro Waldyr Luiz Becker, o viaduto do trevo principal da cidade de Toledo, das rodovias BR-467, PRT-163 e PRT-182.

No tocante às prerrogativas desta comissão, e face às justificativas apresentadas pelo autor, concluímos tratar-se de homenagem à pessoa de família pioneira de

Toledo, que participou ativamente no desenvolvimento do município, merecendo portanto parecer favorável à iniciativa.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, no dia 11 de abril fizemos um questionamento à Assembleia Legislativa na questão da presença do gestor do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná, que é o Secretário da Saúde do Estado, no qual ele estaria agendando com esta Casa uma visita para prestar esclarecimentos da gestão deste fundo.

A minha pergunta a V. Exa. é no sentido se existe esta data marcada para que o Secretário venha a esta Casa e preste os esclarecimentos necessários, com base na legislação federal que rege o Fundo Nacional de Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado, efetivamente já havíamos marcado com o Secretário por duas vezes, nós mesmos, a Mesa Executiva. É que, por razões especiais, naquele momento, desmarcou a data, mudou a data, foi-se adiando, e agora realmente compete a nós marcamos a nova data.

Eu me comprometo a marcar o mais rápido possível, porque é um dispositivo constitucional e o Secretário, efetivamente, já se mostrou, se colocou à disposição para vir a este Plenário. Muito bem lembrado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, atendendo um pedido dos companheiros do PPS, quero pedir a V. Exa. que retire o meu requerimento, que requer envio de votos de congratulações ao partido, por ocasião daquele prêmio recebido, lá na “escolinha”, que é um ônibus de brincadeira. Retiro e respeito os companheiros que me pediram.

Sem intenção nenhuma de oferecer ninguém, retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cumprimento V. Exa. pelo ato de lucidez extrema. O requerimento já está, efetivamente, retirado.

Pela ordem o Deputado Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Queria registrar com satisfação a presença do Vereador de Campina Grande do Sul, o Vereador Wilson Crisóstomo e o Prefeito Adir, de Nova Aliança do Ivaí.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos, o Prefeito e o Vereador.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento n° 1167, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, conversei há poucos minutos atrás com o autor do requerimento, Deputado Plauto Miró e solicitei a ele que esse requerimento pudesse ser encaminhado via Liderança do Governo, para que pudéssemos obter essa informação e, claro, prestá-la ao autor do requerimento.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (**Pela Ordem**)

Só para deixar claro, Sr. Presidente, que dentro de um entendimento, nós compreendemos as colocações do Líder do Governo, e vamos dar um prazo para que possamos ter a resposta oficial através da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. **Está retirado o requerimento, a pedido do autor.**

Requerimento n° 1168, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Temos a rodovia BR-092, que liga Jaguariaíva até Santo Antonio da Platina, há muito tempo sendo cobrada pelas lideranças e pelos moradores daquela região, para que ela pudesse ser pavimentada. Os candidatos a Governador passam e as promessas são feitas. Infelizmente, essa obra foi prometida, licitada, e uma parte dela foi executada, de Wenceslau até Santo Antonio da Platina.

De Wenceslau até Jaguariaíva essa obra foi prometida no governo anterior, foi prometida na campanha eleitoral, agora, mas infelizmente até agora absolutamente nada aconteceu. Começaram a trabalhar na obra, só que alegaram que uma nova licitação teria que ser feita, porque os valores que foram contratados não eram suficientes para executar a obra.

O tempo passa e os moradores daquela região, os produtores de todos os segmentos nos cobram. Estamos fazendo o nosso papel buscando informações junto ao DER, porque até agora, só papo, Sr. Presidente. Então, espero que através desse requerimento tenhamos uma resposta para poder explicar para os moradores daquela região.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Essa obra iniciou-se quando era Secretário dos Transportes o Deputado Waldyr Pugliesi. É uma obra da maior importância. O trecho principal, mais de 70 quilômetros, foi efetivamente realizado, que é justamente o que liga o trevo da BR-153 até o município de Wenceslau Braz à Jaguariaíva, é que a empreiteira realizou pequenos reparos. Na verdade, fez um tapa-buracos e parou a obra.

Eu, ainda como candidato a Deputado, do município de Arapoti, consegui uma obra extremamente importante para aquele município - Deputado Plauto, V. Exa. também representa aquele município - que foi a realização da obra do trevo, que liga as duas metades da cidade. Interessante que a obra do trevo já está mais de 50% concluída, R\$ 4 milhões. Uma obra que começou o seu projeto muito depois da obra da rodovia.

Também quero explicações oficiais sobre esse tema, e quero encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Plauto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Muito mais fácil assim.

Está aprovado o requerimento.

Requerimentos n°s 1181 e 1182, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró, Duílio Genari, Teruo Kato e demais Srs. Deputados membros da Bancada da Oposição, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.**

Para encaminhar o Deputado Luiz Claudio Romaneli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, já falei com as Lideranças da Oposição, falo aqui com o representante da Liderança da Oposição, o Deputado Elio Rusch. Acho importante a oitiva do Procurador do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, ele é Presidente do Conselho, e pode esclarecer.

Agora, quero dizer o seguinte: não concordo com a vinda do Diretor Jurídico. O Diretor Jurídico tem um blog na internet, ele está, francamente, depois que foi demitido de Diretor Jurídico - demitindo ou deixou cair o Diretor Jurídico - numa oposição flagrante. Então, se é convite e é acordo, quem tem condições de falar sobre esse tema é o Procurador Sérgio Botto de Lacerda. Concordo com a vinda dele.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Posso estar equivocado, mas só está convidando o Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O próximo requerimento, Exa., é um tema correlato.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento convidando o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Só gostaria de ouvir a resposta da Oposição, porque se não for assim vou encaminhar contrário à vinda do Procurador Sérgio Botto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero que V. Exa. entenda a minha situação, tenho que votar esse requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: se não houver acordo com a Oposição, nós encaminharemos contrário à vinda. Não vamos votar um requerimento e não votar o outro. Quero fazer um acordo com a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto à Oposição, se eu puder realmente agir como um mediador aqui. Realmente, acho que é perfeitamente viável e justificável. Acho que um convite ao Dr. Sérgio Botto é realmente bem-vindo e proveitoso a esta Casa.

Já o convite ao Rogério Stephano, não vejo razão para as duas coisas, até porque, como bem explicou o Deputado Romanelli, Líder do Governo, hoje há um antagonismo forte via imprensa, via blog, que não acrescentaria muita coisa nesta Casa.

Já fiz a minha sugestão, agora cabe as V. Exas.

Para encaminhar, o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Não sei qual será, objetivamente, a decisão dos companheiros da Oposição, mas na reunião que teve, a Bancada de Oposição tomou a decisão que no encaminhamento com relação às questões da SANEPAR, de não fazermos a opção imediata pela questão da CPI, até ponderando colocações de V. Exa., do Líder do Governo e de várias outras pessoas sobre essa situação. De que nós, então, por decisão consensual, teríamos então alguns procedimentos a serem adotados pela Bancada de Oposição, junto a esta Casa de Leis.

Quais seriam esses procedimentos? A oitiva de algumas pessoas que se envolveram, não apenas lá na SANEPAR, mas do ponto de vista público da discussão com relação aos problemas vividos pela SANEPAR.

Muito bem. Quais foram os nomes identificados pela bancada no sentido de que fossem ouvidos aqui na Assembléia? Do Procurador Sérgio Botto e do Procurador de até então, antes Procurador e hoje demitido, Rogério Stephano. Na minha opinião acho que, e eu

quero fazer um apelo ao Deputado Romanelli, V. Exa. que conversou com a Bancada da Oposição nesse sentido, quero fazer um apelo. É um convite. Não sei se está na Oposição, se está na Situação, se está no blog. Nós aqui temos que ter uma função de responsabilidade com relação à coisa pública. Não vai o ex-Procurador fazer oposição ao governo. Ele vai responder àquilo que lhe for perguntado. Ele vai estar aqui dentro daquilo que for combinado na Audiência Pública que vamos fazer. Ele terá a mesma condição que tiveram os outros que aqui vieram.

Então, para não quebrar o entendimento que tivemos, quero fazer um apelo para que V. Exa. concorde com os convites que estão sendo efetuados e depois vamos ter a responsabilidade de conduzir a oitiva das pessoas que estão sendo convidadas. É a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero deixar claro o seguinte: nós estamos, num primeiro momento, apreciando um requerimento para um convite ao Dr. Sérgio Botto de Lacerda. Este é o requerimento. É evidente que as lideranças devem ter conversado ou deveriam ter feito algum acordo.

Vamos votar agora o que está em mãos, que é o requerimento convidando o Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

Encerrada a discussão. Em votação.

Os Deputados favoráveis ao convite do Dr. Sérgio Botto de Lacerda, ex-Presidente do Conselho de Administração, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Em função das colocações feitas pelo Deputado Zucchi e do entendimento que a Oposição teve das questões que publicamente temos discutido sobre esse tema e como a Oposição acha que é absolutamente fundamental a vinda do ex-Diretor Jurídico Rogério Stephano, embora ressaltando que ele efetivamente teve um problema pessoal na SANEPAR, é um processo que está na esfera judicial, não sei se criminal ou não, mas ele teve um problema. Ele tem um blog, hoje, e é uma pessoa que tem uma personalidade controversa. Eu nem o conheço pessoalmente, mas será uma oportunidade para esta Casa. Quero dizer a V. Exa., em função do elevado entendimento que temos mantido com a Oposição nesta Casa e do apelo feito pelo Deputado Augustinho Zucchi, nós concordamos com a aprovação do requerimento ao convite do ex-Diretor Jurídico da SANEPAR.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Quero cumprimentar o Líder do Governo, por ter aceitado o convite ao ex-Diretor Jurídico da SANEPAR. Ora, se ele tem problemas, eu não entendi bem quais são os problemas que tem o Diretor e nós vamos entender no

dia em que ele estiver aqui, mas eu não poderia deixar de encaminhar aqui, porque me parece, pelo encaminhamento feito pelo Líder do Governo, com todo entendimento, me parece que o Líder do Governo só quer as pessoas que são favoráveis. Nós não estamos trazendo, aqui, nem porque é favorável, nem porque é contrário. Estamos trazendo aqui, em nome da verdade, dos esclarecimentos que são necessários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. **Aprovado o requerimento.**

Requerimento nº 1189, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Queria solicitar ao ilustre Deputado Augustinho Zucchi que pudesse encaminhar este requerimento e estas informações a serem prestadas, via Liderança do Governo. Se V. Exa. concordar, eu certamente encaminharei e teremos todas as informações.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, em deferência ao pedido do Líder do Governo, vamos fazer este entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente retirado o requerimento, pelo autor.

Requerimento nº 1191, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1192, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1193 a 1200, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Em discussão. Para encaminhar, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Quero pedir socorro aos meus Pares, porque bem no início do governo Requião, recebi no meu gabinete um relatório de todos os gastos feitos no governo Jaime Lerner, como forma de denúncia, e talvez só eu tenha recebido, porque é objeto do requerimento do Deputado Jocelito Canto, com o qual somos favoráveis, de que estes esclarecimentos sejam encaminhados a esta Casa, mas, eu recebi este do Deputado Jocelito. Agora me causou dúvida, se só eu recebi. Mas, votaremos favoráveis.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, aproveitando o momento alegre que estamos vivendo, de se aprovar todos os requerimentos,

aqui, quero cumprimentar o Deputado Romanelli, que está vivendo um momento de euforia, hoje, aprovando tudo. Pena que não tenha sido ontem, porque ontem tinha umas informações boas.

Mas, Sr. Presidente, V. Exa. acabou de ler um requerimento meu, e este requerimento foi aprovado por todos os Deputados, o requerimento anterior, que congratula-se com o Presidente do Tribunal de Contas. Estou me congratulando com o Presidente Nestor Baptista, pelo simples fato da eficiência do Tribunal de Contas, e quando é eficiente temos que cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado, nós já aprovamos o requerimento!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para chegar no encaminhamento, Sr. Presidente. Estou encaminhando porque nós votamos, nesta Casa, um pedido do Deputado Marcelo Rangel pedindo as contas do governo Requião, só de 2006. E para surpresa de todos nós, para a minha, fiquei muito contente com a eficiência do Tribunal de Contas, que mandou também 2005.

Então, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão, em votação. **Aprovados.**

Requerimento nº 1201, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Gostaria que V. Exa. determinasse que retirasse das notas taquigráficas aquela referência ao Conselheiro do Tribunal de Contas “rabinho de cavalo”. Gostaria que V. Exa. pedisse para retirar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Acho que o Deputado Zucchinho tem muito Prefeito para ser atendido lá. O rabinho de cavalo ele usa. Está aqui nos jornais, eu vi na televisão, não é nada pejorativo, é um elogio, rabinho de cavalo é uma coisa moderna.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos atender ao pedido do Deputado Augustinho Zucchi e vamos retirar das notas taquigráficas o binômio “rabinho de cavalo”.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Eu não tenho Prefeito nenhum, apenas tenho um pouquinho de civilidade. As pessoas têm nome e elas podem ser chamadas pelo nome.

Requerimento nº 1205, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1209, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1212, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1213, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1215, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria pedir a V. Exa., também continuando no mesmo posicionamento que o Deputado Zucchinho colocou aqui essa questão de nomes, retirar nomes. Nomes de Deputados que podem ser entendidos diferentes. O Deputado Zucchinho falou de retirar nomes de pessoas. Tem Deputados aqui que têm apelidos e são chamados por V. Exa. e por todos nós, e que podem ser pejorativos. Pediria a V. Exa. que não retirasse o “rabinho” de lá.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não cabe a questão de ordem de V. Exa.

Requerimento nº 1218, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1221, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A SANEPAR vai fazer um investimento em Cascavel de mais de R\$ 70 milhões. Isso a partir de dezembro de 2004.

Dizem as estatísticas que a cada R\$ 1 investido em saneamento básico, nós economizamos R\$ 4 na saúde.

Estou fazendo um requerimento ao Governador que encaminhe à SANEPAR e determine à SANEPAR que dê explicações sobre os investimentos a partir dessa data desse novo contrato.

Gostaria de dizer aqui exatamente o que estou pedindo: quanto está investido na recuperação das nascentes e matas ciliares e se houve ou não houve justificativas; montante do investimento realizado no desassoreamento do lago municipal e caso não houve o investimento, quais as justificativas; que valores foram investidos na ampliação do esgoto sanitário do município de 2005, 2006 e primeiro quadrimestre de 2007; qual o percentual de recursos repassados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente relativo à arrecadação da empresa na

cidade nos anos de 2005, 2006 e primeiro quadrimestre de 2007; e por último, quais os percentuais atingidos no atendimento da população urbana do município nos anos de 2005, 2006 e o primeiro quadrimestre de 2007.

Sr. Presidente, a SANEPAR tem um compromisso de em 5 anos atingir 80% do saneamento básico de Cascavel que, até 2004, era 43%. Em mais 15 anos, pode chegar a 90%. Sr. Presidente, esse é um excelente investimento, é um investimento que valoriza a cidade de Cascavel, por isso estou fazendo esse pedido e solicitando ao Líder do Governo que libere para que a sua bancada também possa votar favoravelmente, porque são informações importantes para o município e para a população de Cascavel.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero encaminhar favoravelmente porque este requerimento do Deputado Edgar Bueno está muito bem formulado. Este é um requerimento de pedido de informações que cumpre, de fato, aquilo que temos falado sobre fato determinado. Este aqui não é um requerimento para promover desgaste político, é um requerimento para informar ao Parlamentar que representa um município da importância de Cascavel sobre um tema extremamente importante. Por isso que o nosso encaminhamento é favorável ao requerimento do Deputado Edgar Bueno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1222, de autoria dos Srs. Deputados Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Plauto Miró e Péricles de Mello, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sobre qual tema, Exa.? Eu não tenho esse requerimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Envio de expediente ao Exmo. Governador do Estado solicitando o retorno imediato das atividades do curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa, devidamente firmados pelos Deputados Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Péricles de Mello e Plauto Miró Guimarães.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou pedir para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se, na forma regimental, conforme artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Porém, temos que reconhecer e, amanhã, eu falo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Requerimento nºs 1223 e 1224, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1226, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos Srs. Deputados Professor Luizão, Pedro Ivo, Tadeu Veneri e Elton Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1227, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, com apoio dos Srs. Deputados Reni Pereira, Tadeu Veneri e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., mais uma vez, lamentavelmente, não tenho, aqui, o requerimento. É um pedido de informação?

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, o requerimento trata-se de um pedido ao Secretário de Estado da Saúde para abonar as faltas que foram feitas pelos funcionários...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou ler o requerimento ao Deputado Romanelli: “seja enviado para desconsiderar o disposto no memorando circular nº tal de 12 de abril de 2007, de sua autoria, no que se refere ao desconto de remuneração por faltas no dia 29 e 30 de março aos servidores da SESA. Que as faltas dos 2 dias sejam abonadas”.

Em discussão o requerimento. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1211, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1225, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1183, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1228, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária conforme requerimento aprovado do Sr. Deputado Chico Noroeste, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/07.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 10, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 130, 157, 266 e 270/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 197, 233 e 311/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 084/07, e do Projeto de Resolução nº 011/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Ato

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 932/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RODRIGO DO PRADO RUSSI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário